

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - SETOR LITORAL

CELIA SOCORRO DOS SANTOS PIETROBELLI LIMA

**O CREAS DE PONTAL DO PARANÁ
E O PROGRAMA DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA**

MATINHOS

2017

CELIA SOCORRO DOS SANTOS PIETROBELLI LIMA

**O CREAS DE PONTAL DO PARANÁ
E O PROGRAMA DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso de
apresentado ao Curso de Serviço
Social da Universidade Federal do
Paraná – Setor Litoral como requisito
parcial para obtenção do Título de
Bacharel em Serviço Social

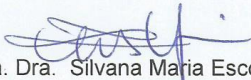
Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Silvana Maria
Escorsim


MATINHOS

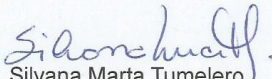
2017


ATA DE AVALIAÇÃO DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos onze dias do mês de julho de dois mil e dezessete, às 20:00 horas, no Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná, reuniu-se a Banca Avaliadora do Trabalho de Conclusão de Curso, constituída pelo(a) Profa. Dra. Karla Ingrid Pinto Cuellar e pelo(a) Profa. Dra. Silvana Marta Tumelero. Sob a presidência do(a) Orientador(a) Profa. Dra. Silvana Maria Escorsim para avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do(a) estudante CELIA SOCORRO DOS SANTOS PIETROBELLI LIMA, sob o título *O CREAS DE PONTAL DO PARANÁ E O PROGRAMA DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA*, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo a estudante sido APROVADA com conceito APL. O(a) aluno(a) deverá efetuar as correções solicitadas pela banca e entregar a versão final em formato digital via CD-ROOM, até o dia vinte e cinco de julho de dois mil e dezessete, na Assessoria do Curso de Serviço Social.


Profa. Dra. Silvana Maria Escorsim
Orientador(a)


Profa. Dra. Karla Ingrid Pinto Cuellar
Integrante da Banca


Profa. Dra. Silvana Marta Tumelero
Integrante da Banca


Celia Socorro dos Santos Pietrobelli Lima
Aluno(a)

Dedico este trabalho “in memoriam”, aos meus amados pais, Emidio Pereira dos Santos e Santa Maria de Jesus dos Santos, pois sem eles este trabalho e Muitos dos meus sonhos não se realizariam.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu amado esposo “Valmir Pietrobelli Lima” que muito contribuiu, ao se dispor cuidar de nosso filho e adiar seus planos de também ingressar na universidade até o término do meu curso.

Agradeço ao meu amado filho “Pietro dos Santos Lima” pela compreensão e carinho nos momentos finais da graduação.

Agradeço também a turma da linha “de frente” Vania, Cleuza Veiga, Hiesa e em especial a Jurema Vidal que esteve comigo em todos os momentos da graduação.

Agradeço aos coordenadores e professores do Curso de Serviço Social.

Agradeço à nossa orientadora, Prof^a Dr^a Silvana Maria Escorsim, que com paciência, conseguiu corrigir e orientar os seus mediandos.

Agradeço à todos funcionários da Prefeitura de Pontal do Paraná e em especial à Jucimara Pilatti e Haline Dias Corrêa que contribuíram para a minha formação profissional.

E finalmente agradeço a Deus, por mais essa etapa concluída!

GRATIDÃO À TODOS!

“Passado é lição para refletir, não para repetir”
Mário de Andrade

RESUMO

Esta pesquisa propôs como objeto de estudo a criança e o adolescente que cumpre o Programa de Medida Socioeducativa, realizado no CREAS de Pontal do Paraná, o intuito desta pesquisa foi averiguar a efetividade do programa em relação à criança e adolescentes que cometeram ato infracional. Para o desenvolvimento deste estudo, inicialmente utilizamos como instrumento de coleta de dados, através de pesquisa qualitativa, bibliográfica (história da criança e adolescente no Brasil e o Serviço Social), documental, sites da internet e observações no campo de trabalho e finalizando com entrevistas em questionário pré-estruturado de perguntas abertas para os sujeitos de pesquisa (profissionais do CREAS, adolescentes e representantes dos órgãos públicos). Na análise e interpretação dos dados verificou-se o não cumprimento parcial do Estado, na figura do CREAS, quanto a efetividade do programa MSE no CREAS de Pontal do Paraná, a equipe multiprofissional, desenvolve os trabalhos buscando enfrentar os desafios propostos cotidianamente, porém, não atinge a todos pontualmente que demandam participar do programa, devido as dificuldades apresentadas: falta de locais para o cumprimento da MSE, funciona com equipe reduzida (NOB-RH\SUAS), em sua infraestrutura não contempla espaço para atividade em grupo e o município ainda não implementou o Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Município de Pontal do Paraná (2015-2024), que poderia contribuir para a efetividade e eficácia na execução das Medidas Socioeducativas de Meio Aberto, aplicadas ao adolescente que comete ato infracional.

Palavras Chaves: Medida Socioeducativa, história da criança e adolescente, SIMASE.

ABSTRACT

This research proposed as an object of study the child and adolescent who fulfills the Program of Socioeducational Measurement, carried out in the CREAS of Pontal do Paraná, the purpose of this research was to investigate the effectiveness of the program in relation to children and adolescents who committed an infraction. For the development of this study, we initially used as a data collection tool, through qualitative, bibliographic research (history of the child and adolescent in Brazil and Social Service), documentary, internet sites and observations in the field of work and ending with interviews. In a pre-structured questionnaire of open questions for the research subjects (CREAS professionals, adolescents and representatives of public bodies). In the analysis and interpretation of the data, it was verified the partial non-compliance of the State, in the figure of CREAS, as to the effectiveness of the MSE program in the CREAS of Pontal do Paraná, the multiprofessional team develops the works seeking to face the challenges proposed daily, Does not reach all of them that demand to participate in the program, due to the difficulties presented: lack of places to comply with the MSE, it works with a reduced team (NOB-RH \ SUAS), its infrastructure does not include space for group activity and the municipality Has not yet implemented the Decennial Plan for Socio-educational Assistance of the Municipality of Pontal do Paraná (2015-2024), which could contribute to the effectiveness and effectiveness of the implementation of socio-educational measures of open-air, applied to adolescents who commit an infraction.

Keywords: Socio-educational Measure, history of the child and adolescent, SIMASE.

LISTA DE TABELAS

TABELA I	46
TABELA II.....	49
TABELA III.....	58

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPITULO I	
1.1 A POLÍTICA DA CRIANÇA E ADOLESCENTE NO BRASIL	11
1.1.2 Primeiras Legislações no Brasil	13
1.2 “DES”PROTEÇÃO E CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL ..	16
1.2.1 Rede Intersectorial e Política Social	19
CAPITULO II	
2.1 A HISTORIA DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL	23
2.2 O SERVIÇO SOCIAL E O DESENVOLVIMENTISMO	26
2.3 ANOS DOURADOS	30
2.4 MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO.....	31
2.4.1 A Formulação da Perspectiva Modernizadora.....	34
2.5 SERVIÇO SOCIAL NOS ANOS 80/90	36
2.6 SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE.....	36
2.7 SERVIÇO SOCIAL NA POLITICA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	41
2.7.1 Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor.....	46
CAPITULO III	
3.1 POLITICA NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – PNAS	54
3.2 SINASE – SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	61
3.3 CREAS E A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM PONTAL DO PARANÁ.....	61
CAPITULO IV	
4.1 PESQUISA DE CAMPO.....	66
4.2 METODOLOGIA.....	66
4.3 CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO.....	66
4.4 UNIVERSO (AMOSTRA) DA PESQUISA	67
4.5 INSTRUMENTO UTILIZADO NA COLETA DE DADOS.....	67
4.6 APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	68
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS.....	79
APÊNDICE 1 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO	82
APÊNDICE 2 INSTRUMENTO DE PESQUISA	83

1 INTRODUÇÃO

O Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), trouxe uma nova forma de tratar as políticas direcionadas à infância e ao adolescência no Brasil, se constituindo em ferramenta de trabalho para os profissionais de serviço social que aciona quando demanda assegurar direitos, implementar programas, com a finalidade de garantir o desenvolvimento físico, mental, espiritual e social (FERREIRA, 2010, p.3).

A proposta de pesquisa deste trabalho científico deriva dos enfrentamentos realizados em relação aos Adolescentes que cometem ato infracional, identificar as ações desenvolvidas no município de Pontal do Paraná. Sendo este o mais jovem dos sete municípios do Litoral Paranaense, após ser desmembrado do município de Paranaguá em 1º de janeiro de 1997, de acordo com o censo (IBGE/2015) sua população estimada é de 24.878 habitantes. A escolha deste objeto de estudo “A criança e o adolescente”, surgiu durante a Gestão do Programa Bolsa Família, apresentou-se muitas situações de vulnerabilidade social no que tange à educação, quando crianças e adolescentes tinham problemas com frequência escolar, e comumente durante o estágio obrigatório no órgão gestor observou-se a problemática enfrentada pelos profissionais em relação a este segmento social. Apresentou-se um projeto de intervenção, objetivando fomentar a rede intersetorial, após algumas reuniões junto ao Conselho Municipal da Criança e Adolescente e outros órgãos da política pública (Conselho Tutelar, Vigilância Sanitária, Assistência Social, Cidadania e Direitos Humanos...), resultando na criação do Protocolo da Rede Municipal de Proteção da Criança e do Adolescente, e posterior aprovação pelo Conselho da Criança e Adolescente, porém esta “expressão social” coincidia com outros impasses observados durante o estágio, como a situação do adolescente que comete ato infracional e são encaminhados a cumprir o programa medida socioeducativa. Profissionais e acadêmicos pontuam esta temática relevante para a pesquisa. **Problema de pesquisa**- qual a efetividade do programa de medida sócio educativa, no que corresponde a sociabilidade que deve incorporar ao mundo do trabalho, desenvolvido pelo CREAS de Pontal do Paraná? **Questões Norteadoras** - As crianças e adolescentes cumprem na integralidade as medidas sócio-educativas? Qual a percepção que os órgãos acolhedores das crianças e adolescentes em medida socioeducativa tem do programa? O Programa atinge os objetivos propostos na percepção dos profissionais do CREAS? O programa atinge os objetivos propostos na percepção das crianças e adolescentes participantes do programa? Estaremos

realizando visitas domiciliares e no espaço sociocupacional, para conhecermos a relação dos usuários junto ao CREAS; **objetivo geral** Analisar a efetividade do programa de medida sócio educativa desenvolvido pelo CREAS de Pontal do Paraná e como **objetivos específicos**- analisar a participação das crianças e adolescentes no cumprimento das medidas socioeducativas; conhecer a percepção que os órgãos receptores das crianças e adolescentes em medida socioeducativa tem do programa e avaliar se o Programa atinge os objetivos propostos na percepção dos profissionais do CREAS; avaliar se programa atinge os objetivos propostos na percepção das crianças e adolescentes participantes do programa.

Para responder estas questões, desenvolveu-se uma fundamentação teórica que embasou nossa pesquisa, para demonstrar quais foram as políticas públicas que trataram deste segmento social “criança e o adolescente” desde o Brasil Colônia até os dias atuais. Para tanto, realizamos revisão bibliográfica, documental e pesquisa de campo, dividiu-se em quatro capítulos: **o primeiro capítulo** será o referencial teórico onde realizaremos um levantamento sobre A Política da criança e adolescente no Brasil “A Medida Socioeducativa e a Rede de Proteção à criança e ao adolescente”, no **segundo capítulo**, trataremos dentro de um contexto histórico-metodológico da profissão do assistente social, sob o tema “ A História do Serviço Social no Brasil/ O Serviço Social na Política da Criança e do Adolescente, onde discorreremos de fatos e marcos importantes no que condiz à legislação ao atendimento desta expressão social “ Criança e adolescente”, no **terceiro capítulo** tratará da Política Nacional de Assistência Social “Básica e de Média complexidade; no **quarto capítulo** Pesquisa de Campo e Considerações Finais.

CAPÍTULO 1

1. 1 A POLÍTICA DA CRIANÇA E ADOLESCENTE NO BRASIL

Discorrer sobre a criança e o adolescente no Brasil, incute em grande responsabilidade, nos remete aos primeiros anos da colonização brasileira¹, momentos estes de desatenção da família, do Estado e da sociedade, com nuances de tratamentos desumanos. De acordo com Del Priore (1991), ao levantarmos dados da história da criança no Brasil nos depararemos com situações conflitantes como: o abandono de bebês, a venda de crianças escravas que eram separadas de seus pais, as violências cotidianas que envolviam os abusos sexuais, as doenças, queimaduras e fraturas que sofriam no trabalho escravo ou operário.

Por isso, demanda a retrospectiva sobre como era o tratamento em relação às crianças e o adolescente e como estão sendo tratados os jovens que cometem ato infracional, atualmente. Quais mecanismos foram utilizados para transformar a relações sociais da infância sem “proteção” para o oposto “proteção e direitos”, percorrer a trajetória do atendimento, numa perspectiva da gerencia de Portugal no Brasil Colônia ao Brasil-pós Constituição Federal de 1988, antes de iniciarmos com as legislações que deram visibilidade mesmo de forma complexa ao tema tratado.

A Política da criança e Adolescente no Brasil

O Brasil no século XVI foi marcado com aculturação imposta às crianças indígenas pelos jesuítas; o infanticídio praticado pelas mães como forma de livrar seus filhos da escravidão, “sofriam humilhações, maus-tratos e abusos sexuais, não havia muitas crianças escravas abandonadas, uma vez que sua sina estava traçada como propriedade individual, como patrimônio e mão-de-obra” (PILOTTI, RIZZINI, 1995 apud PERES², PASSONE, 2010, p. 5).³

A Roda dos Expostos foi uma instituição que existiu e foi extinta na França, existindo também em Portugal, foi trazida para o Brasil no século XVIII. Os governantes a criavam com o objetivo de salvar a vida de recém-nascidos abandonados, para encaminhá-los depois para trabalhos produtivos e

¹A Colonização do Brasil, processo também conhecido como Brasil Colônia ou Brasil colonial, ocorreu no período colonial entre os séculos XVI e XIX, em que o território brasileiro era uma colônia do império ultramarino português.

² PILLOTTI, F. Crise e perspectivas da assistência à infância na América Latina.

³A expressão infanticídio, do latim infanticídio um sempre teve no decorrer da história, o significado de morte de criança, especialmente no recém-nascido. Antigamente referia-se a matança indiscriminada de crianças nos primeiros anos de vida, mas para o Direito brasileiro moderno, este crime somente se configura se a mulher, quando cometeu o crime, estava sob a influência do estado puerperal, i.e., logo após o parto ou mesmo depois de alguns dias.

forçados. Foi uma das iniciativas sociais de orientar a população pobre no sentido de transformá-la em classe trabalhadora e afastá-la da perigosa camada envolvida na prostituição e na vadiagem. (Priore e Lifchitz (1991, p. 05).

O Estado ficou apreensivo com a situação da infância, à partir do aumento populacional concomitantemente à pobreza, crianças eram abandonadas às portas das igrejas, casas, ruas e outras com o destino incerto. Portugal interviu no Brasil utilizando o mesmo mecanismo que utilizara em seu país de origem, instauraram as casas de caridades, instituições que objetivavam zelar e preservar a vida das crianças e jovens que se encontravam em tais circunstâncias, pratica utilizada como meio de manter a ordem social.

Estas instituições ficaram a cargo das Câmaras Municipais que repassavam esta tarefa da criação dos “enfeitados” para as Santas Casas de Misericórdia, procedimento que, como bem viu Charles Boxer (1969) vigorando em todo o Império Luso, constituindo-se em um de seus pilares. Uma destas instituições era a “irmandade de Nossa Senhora”, que em troca desta incumbência, recebia repasses financeiros, gerando discussões sobre a execução dos trabalhos destas instituições, possuindo em seu quadro de trabalhadores, escravos (a) amas de leite que através de seus senhores alugavam suas escravas para cuidarem dos “enfeitados”.

Em Salvador e no Rio de Janeiro os mecanismos de recolhimento de expostos já estariam delineados na primeira metade do século XVIII, atestando, segundo Laima Mesgravis, a importância urbana de tais centros, todavia, Minas Gerais, o atendimento se dava de forma equivocada, fora dos critérios definidos pela legislação, que não permitia a discriminação entre crianças, fato que ocorria com frequência, de acordo com registros levantados no acervo documental da Câmara Municipal de Mariana (PRIORE, 1991, p. 5).

Para Caio Cesar Boschi (1979), em Minas, a criação dos enfeitados recaía basicamente sobre as irmandades ou sobre as câmaras, estas últimas, muitas vezes, deixando de cumprir o prometido: o pagamento das mensalidades aos criadores ou às amas de leite. Tais mulheres, por sua vez, não obedeciam às determinações de apresentar periodicamente as crianças, às câmaras e esta mútua desconsideração explicaria, em parte o alto número de mortes entre os enfeitados.

A súplica da viúva Clara revela, de fato, a desobediência da Câmara ante a lei, e sugere que, desta forma, o nobre Senado deixava ao desamparo os seres frágeis e pequeninos colocados - pelo menos em tese - sob sua responsabilidade. Por outro lado, é inegável que a vereança municipal se

preocupava seriamente com as crianças abandonadas, castigadas, às vezes de forma irreversível, pela rudeza do clima ou pelos animais domésticos. Na carta com que, em fevereiro de 1795, o Senado de Vila Rica explicava a necessidade da roda de expostos ao Ouvidor Geral, ficava dito que as mães, envergonhadas dos frutos de seus amores ilícitos, "logo que os dão à luz os mandam levar às portas de casas particulares, aonde ou os não recebem, ou, se o fazem, é já quando os míseros recém-nascidos se acham a expirar, tendo até sucedido serem devorados por animais, sucessos que fazem gemer a humanidade". Para Francisco Antônio Lopes, esses animais seriam sobretudo os porcos que habitualmente vagavam por Vila Rica e, desde a década anterior, tinham se tornado objeto de seguidas críticas por parte das disposições oficiais.(BOSCHI,⁴ 1986, apud PRIORE, 1991, p.12).

A pobreza não era mais impedimento para o acesso ao ensino, o cenário era outro: os excluídos eram meninos com moléstias contagiosas ou os que não fossem vacinados, os escravos e as meninas, que sequer são citadas nas exceções.

De acordo com Áries (1981), através do processo de escolarização, as crianças sofriam um enclausuramento semelhante ao tratamento dado aos loucos, aos pobres e às prostitutas (Poletto apud Priore, 2000).

No século XIX ocorreram transformações em consonância com a libertação dos escravos, a emigração da mão de obra europeia, gerando um contingente de crianças nas ruas, "a infância adquire outro status, no sentido social, a criança deixa de ser objeto de interesse, preocupação e ação no âmbito privado da família e da igreja para tornar-se questão de cunho social, de competência administrativa do Estado" tal era a emergência exigida, vamos ver que a partir de 1889 o Estado passa a ter um papel mais efetivo junto a população.(RIZZINI,1997 apud PEREZ; PASSONI, 2010, p.06).

1.1.2 PRIMEIRAS LEGISLAÇÕES NO BRASIL(1830)

Os adolescentes, reconhecidos como delinquentes já eram acolhidos pelo respaldo legal e pelas instituições do Estado como público-alvo desde o governo imperial. Os adolescentes considerados criminosos, sem distinção dos indivíduos adultos, foram historicamente inseridos em instituições do tipo prisionais, tais como a Casa de Correção do Rio de Janeiro e a Colônia Correcional de Dois Rios, popularmente conhecida como presídio da Ilha Grande.

O código criminal do império, inaugurou um momento de atenção a criança, quando tornou imputáveis os menores de 14 anos, ou seja, não receberiam corretivos, somente quando houvesse provas sobre sua capacidade "discernimento", 17 a 21

⁴ BOSCHI, Caio César. Os Leigos e o Poder. Irmandades Leigas e Política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986, p. 93.

anos tinham suas penas reduzidas, entretanto, em comparação com o Código de 1890, vemos que houve um viés de retrocesso no que condiz, a olhar social em relação a criança que passa a ser condenada a cumprir pena de até 17 anos, desde que entendido que no ato da ação cometida contra outrem, tinham discernimento, ou seja, sabiam o que estavam fazendo isto, acontecia com crianças a partir de 09 (nove) anos.

Em se tratando dos escravos, fora criado a Lei nº 2040 de 28 de setembro de 1871 (Lei do Ventre Livre), entretanto os senhores poderiam dispor de seus recém-nascidos como achassem melhor, pois quando vendiam suas escravas, incluíam nas custas as despesas que obtivera com a criação dos filhos da escrava. Quais eram as vantagens para os escravos? Porém, resolvia o problema, sobre os questionamentos levantados pela política externa, relativo ao comércio de escravos, questões estas que poderiam impedir futuras transações comerciais.⁵

Em 1921, foi promulgada uma importante lei que definia critérios e ações em referência à infância e à juventude no Brasil. Esta lei de nº 4.242 de 1921, neste instrumento legal fez-se a autorização de construções de abrigos destinados aos menores abandonados. Houve uma nova formulação no que se referia aos menores de 18 anos que passaram a responder por processo especial em razão de sua menoridade, e acima manteve-se a imputabilidade.

“Si, no momento da perpetração do crime ou contravenção, o menor de 21 anos, seu cumprimento da pena será durante a menoridade do condenado, completamente separado dos demais presos maiores” (Art., 3º, Parágrafo 28).

Ainda na década de 20, como marco no âmbito da proteção social fora criado a Lei Eloy Chaves, através do Decreto nº 4.682 em 24 de janeiro de 1923, consolidando a base do sistema previdenciário brasileiro “as caixas de aposentadorias e pensões para os empregados das empresas ferroviárias”, abrindo precedente para futuras conquistas do trabalhador.

O Estado intervindo nas questões sociais, ampliava as funções do poder Judiciário como mecanismo de redução das desigualdades sociais, com fins de

⁵SILVERIO, A. Medida Socioeducativa de internação no Distrito Federal: Onde fica o “Gênero” 2008.127 f. Trabalho de Conclusão de Curso(diplomação no Curso de Serviço Social) - Universidade de Brasília, 2008.

Disponível em:<http://bdm.unb.br/bitstream/10483/665/4/2008_AnaCarolinaSilverio.p>.

Acesso em: 10 jan. 2017.

preservar a propriedade privada, conferindo eficácia aos direitos individuais, assegurando os direitos fundamentais, garantindo as liberdades políticas e afirmando o império da lei; protegendo o cidadão contra os abusos de poder do Estado. (FARIA, 2001, p.8). Neste Estado de Bem-Estar Social⁶ houve ampliação dos direitos sociais e alargamento das possibilidades de acesso das pessoas à justiça. Foram criadas condições de efetivo exercício de postular o direito em juízo, com isso podemos citar a implantação dos Juizados Especiais em vários países e os programas de assistência judiciária gratuitos à população.

Diante deste contexto no Brasil, o juizado especial foi criado em 1924, como resultado de discussões referente a infância no 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, impulsionando a criação de uma agenda sistematizada sobre a proteção social, objetivando a proteção das crianças e adolescentes, que se encontravam em estado de abandono ou que haviam cometido alguma infração.

O primeiro Juizado de menores do Brasil, se instalou no do Rio de Janeiro, local onde acontecia as tomadas de decisão como acontece hoje no Distrito Federal; José Cândido de Albuquerque Mello Mattos, juiz e responsável principal pela construção do Código de menores. Em 12 de outubro de 1927, foi publicado o Decreto nº 17.943-A, que cumpria o disposto na lei 5083/1926, acerca da consolidação das leis da assistência e proteção aos menores de 1927, que se tornou o documento de maior amplitude na questão de direito infanto-juvenil, tanto no Brasil, como na América Latina em seu conjunto (DEL PRIORE, 1999).

Segundo Faleiros, esse código incorporou “tanto a visão higienista de proteção do meio e do indivíduo como a visão jurídica repressiva e moralista” (1995, p.63). Se, por um lado, previa o acompanhamento da saúde das crianças e das nutrizes por meio da inspeção médica e da higiene, por outro, intervinha no abandono físico e moral das crianças, retirando o pátrio poder dos pais, internando os abandonados socialmente e repreendendo e instituindo a liberdade vigiada aos jovens autores de infração penal.

No âmbito do reconhecimento jurídico, uma das mais importantes contribuições dessa legislação foi referida no Capítulo IX do Código de Menores, que

⁶ Estado de Bem-estar é uma expressão formulada e utilizada para designar formas determinadas e específicas de regulação estatal na área social e econômica, cada país utiliza-se de expressões para denominar o Estado intervencionista, e na Europa identificado como Estado de providência “WelfareState” termo originário da Inglaterra.

discorria sobre a regulamentação do trabalho infanto-juvenil, proibindo que se empregassem crianças com menos de 12 anos de idade e fixando, para os jovens menores de 18 anos, jornada de trabalho de no máximo seis horas diárias (PERES; ASSONE, 2010, p. 07).

1.2 “DES”PROTEÇÃO E CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL 1930-1988

O Brasil, após a libertação dos escravos, contava com uma população que havia sido escravizada por mais que 320 anos e que foram “dispensados” sem direito a nada, aumentando a desigualdade social, formando favelas. Foram substituídos pelos emigrantes europeus, tanto na área rural e urbana. A Oligarquia cafeeira era um grupo político que se revezava no poder com lideranças em São Paulo (maior produtor de leite) e Minas Gerais (maior produtor de café).

Na década de XX, a questão social é tratada como caso de polícia, os desempregados eram considerados “vagabundos”, o Estado não se responsabilizava pela questão social. Em 30 com a instauração do golpe, com a insatisfação popular, comumente aos movimentos sociais, em busca de melhoria salarial, melhores condições de trabalho, aliam-se a eles todas as categorias profissionais pleiteando transformações na área de saúde, previdência social e trabalho. O Estado se posicionou de forma repressiva até fazer concessões formais, na forma das legislações fabris, objetivando mediar conflitos em vista a resistência às contradições entre o modo de produção capitalista e os trabalhadores.

A classe trabalhadora atordoada pelo barulho da produção, recobrou de algum modo seus sentidos, começou sua resistência, primeiro na terra natal da grande indústria, na Inglaterra (MARX, 1985, p.220)

Assim o Brasil dava os primeiros passos para implementação da política social, deixando de possuir ausência de direitos, entretanto, o Estado mantinha a prática higienista e repressiva, e utilizava a institucionalização como principal forma de atendimento à criança e adolescente, uma intenção de implementar um sistema de social à infância, com os serviços de assistência ao menor – SAM e da Legião Brasileira de Assistência - LBA, o Estado criou o Conselho Nacional de Serviço Social cabendo a este a instituir serviços públicos de atendimento à população em condições de pobreza, para atuar nas três esferas Federal, Estadual e Municipal. (PERES; PASSONE, 2010, p.12).

Foram ampliadas as competências profissionais do Serviço de Assistência ao Menor, cabendo-lhes orientar e fiscalizar as entidades privadas, fortalecendo o domínio paternalista-populista de políticas públicas centralizadas, mantendo o antigo modelo repressivo, e ao mesmo tempo a previdência e a seguridade social eram instituídos entre 1930 e 1943 e gradativamente ampliou-se a legislação trabalhista.

No período de 1945 e 1964 – experiência de democracia, apresentava-se na Constituição de 1946, quando instituiu alguns direitos para os trabalhadores – o salário-mínimo familiar, a proibição do trabalho de menores de quatorze anos (noturno), direito à greve, a previdência social, em referência a criança criou-se o primeiro serviço de colocação familiar, por intermédio do decreto de Lei nº 560, em 1957.

Em 1964 a Escola Superior de Guerra, por meio da Doutrina de Segurança Nacional, estabeleceu a Política Nacional de Bem-Estar do Menor, O Golpe Militar de 1964, havia neste contexto os que defendiam - o menor como objeto do direito penal e os que defendiam - o menor enquanto sujeito de direitos, movimento este que propunha um atendimento menos repressivo, como estratégia de integração com envolvimento da instituição e família.

Em 1970, durante o governo do General Castelo Branco, estabeleceu-se a Política Nacional de Bem-Estar do Menor - a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), incorporando o patrimônio material e as atividades cotidianas do SAM, extinguindo o Serviço de Assistência ao Menor (SAM). Desarticulando os movimentos que entendiam que o segmento infante juvenil era um segmento de direitos, e não num contexto de penalidade judicial.

Passando por um processo de reconstrução, o Estado respondeu com estratégias de repressão “este é tempo de diversas, tempo de gente cortada, é tempo de silêncio, de boca gelada e murmúrio, a palavra indireta, aviso na esquina” (Carlos Drummond de Andrade, 1976).

A Declaração dos Direitos da Criança encontrou no Brasil, um campo complexo, que não favorecia os benefícios que provinha da declaração, mesmo com a aprovação de um novo Código de Menores (1979), manteve-se a conduta austera e irregular do antigo Código de Menores da primeira República, o Estado instituía a vigilância de autoridades públicas que exercessem atividades com menores, envolvendo aspectos psiquiátricos nos processos judiciais culminando em estratégia psiquiátrica e criminalização da pobreza.

As mudanças se fizeram notar no período de 1974 a 1980 pelo progressivo desmantelamento da ordem autoritária, caracterizado pela ampliação do espaço político-organizacional no campo social, com prioridade ao atendimento de segmentos de baixa renda e pela expansão das estruturas estatais. (PERES, PASSONE;2010, p.662)

Infância – Sujeitos de Direitos

Comemoramos 29(vinte e nove) anos da promulgação da Constituição Federal, onde foram instituídos dispositivos legais, que trouxeram avanços para a população em geral. Foi um grande avanço focar na doutrina da proteção integral e reconhecer a criança e adolescente como sujeitos de direitos estabelecendo a necessidade de proteção e cuidados especiais do Estado:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)

A Constituição Federal de 1988 prevê a proteção, entretanto, há necessidade de regulamentação da Constituição Federal, detalhando a operacionalização, no caso do artigo 227, é a Lei 8069 de 13 de julho de 1990, que vem esclarecer quais são os deveres da família, da sociedade e do Estado, define o que é criança, o que é adolescente e fala quais são as responsabilidades que o adolescente que comete uma infração, isso é tratado no artigo 112 do ECA:

Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

- I- Advertência;
- II- Obrigação de reparar o dano;
- III- Prestação de serviços à comunidade;
- IV- Liberdade assistida;
- V- Inserção em regime de semiliberdade;
- VI- Internação em estabelecimento educacional;
- VII- qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.

§ 1º A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração.

§ 2º Em hipótese alguma e sob pretexto algum, será admitida a prestação de trabalho forçado.

§ 3º Os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições. ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990)

A partir da Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a infância passou a ter um olhar diferenciado distante daquela visão de exclusão do

sujeito, que culpabilizava a família, desresponsabilizando o Estado sobre as circunstâncias que geraram o fenômeno da exclusão social. Agora passando para um estado de direitos, priorizando e intervindo na ausência da proteção familiar, definindo a idade que caracteriza a condição de criança, adolescente e exceções, conforme especifica o art. 2º, considera-se criança até doze anos de idade, adolescente até dezoito anos, e excepcionalmente aplica-se a lei às pessoas entre vinte um ano de idade.

A todo ser humano são reportados os direitos fundamentais inerentes ao ser humano, qual pessoa nascida com vida, em consonância com art. 227 da Constituição Federal e com art. 11 segundo o código civil, os direitos fundamentais são irrenunciáveis, intransmissíveis, inalienáveis e imprescritíveis, não podendo ser exercício sofrer limitação voluntária. Nossa legislação prevê a responsabilidade penal a partir dos dezoito anos conforme CRFB/88, ART. 228 e 27 do Código Penal, tendo como escopo a preservação da criança e de 0 a 12 anos, pois sua moralidade física, emocional e social ainda está em desenvolvimento, de acordo com o art. 6º da Constituição federal:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015)

O artigo 6º implica na responsabilidade da família, da sociedade e do Estado, está explícito na carta magna que a família é a primeira esfera básica de atenção, cabendo ao Estado garantir condições mínimas para que a família exerça sua função e ao mesmo tempo, para que não recaia sobre ela toda a responsabilidade, como acontecia nos tempos primórdios, por isso a importância do artigo 6º da Constituição que mostra o papel do Estado em relação as famílias, a priori, alimentação e moradia, foram incluídas no texto constitucional, somente em 2010, 12 anos se passaram para se considerar esta demanda.

1.3.1 Rede Intersetorial e Política Social

Na área da criança e do adolescente entende-se rede como "conjunto de programas desenvolvido de forma integrada entre instituições governamentais e não governamentais e informais, visando o atendimento integral à criança e adolescente na realidade local de forma descentralizada e participativa.

Refletir e propor trabalho social em rede constitui-se, hoje, um grande desafio para os profissionais vinculados às políticas públicas, gestores municipais, conselheiros pertencentes aos diferentes Conselhos de Direitos que respondem pela garantia dos direitos fundamentais do cidadão, principalmente num contexto em que a exclusão social é marcante (PEREIRA, 1998, BOURGUIGNON, 2001, p.1)⁷.

As principais funções da política pública, segundo Pereira (2008), são:a) concretizar direitos conquistados pela sociedade e incorporados nas leis;

b) distribuir bens públicos, que são “indivisíveis”, e que “todos devem, por uma questão de direito, ter acesso”.

São “públicos” na medida em que são orientados ao interesse geral, não são pautados pelo mérito nem regidos pela lógica de mercado. As políticas públicas, por sua vez, constituem uma linha de orientação para a ação pública sobre a responsabilidade de uma autoridade também pública (organismos de saúde, educação, assistência etc.) destinada à sociedade e que se operacionalizam em programas, projetos, serviços sociais, que cumprem o papel de materializar de fato as propostas, ideias, desenhos de ação, objetivos e meios especificados por ditas políticas (PEREIRA, 2008).

O Estado deve desenvolver ações e programas para que a população se aproprie de seus direitos, distinguindo e reconhecendo quais são esses direitos para que assim eles sejam acessados e afirmados.

Segundo Bellini (2014) para que isso se faça presente na sociedade, a compreensão e acesso aos serviços, demanda a construção de redes de apoio social, a integração de serviços e conhecimentos, como resgate cultural ou a criação de novos cenários de práticas e saberes socialmente úteis a atender as demandas que emergem da sociedade civil.

Deve-se estabelecer-se para o enfrentamento da fragmentação das políticas sociais brasileiras é a identificação das possibilidades e dos limites de cada política e a inclusão dos gestores nesse processo, a fim de prevenir análises tendenciosas que, historicamente, vêm servindo a um projeto de sociedade injusta, em que a divisão da riqueza social beneficia apenas uma pequena parcela da população.

Consecução do direito de todos, numa perspectiva interdisciplinar, no fomento da participação, capacitação, criação de outros cenários para

⁷<http://www.uepg.br/nupes/intersector.htm> Acesso em: 30/05/2017

práticas coletivas, educação, execução de atividades de gestão e participação na construção de redes de relações diversas que têm suas interseções na garantia do direito à saúde e à assistência social especificamente. (BELLINI, FALER; 2014, p. 18)

A Assistência Social tem que se solidificar com um direito e não um favor, um mérito, sem qualquer constrangimento ao usuário que precise dos serviços sociais, com serviços descentralizados, mais coesos de forma a criar um ambiente de confiança, instaurando um tratamento de compartilhamento de informações entre os entes, objetivando dar agilidade e efetividade as demandas dos sujeitos sociais.

O interesse em adensar os estudos sobre a especificidade dessa intervenção nesse campo também instigou Vasconcelos (2006) que aponta os seguintes resultados a partir de seus estudos, o porque a intersectorialidade não ter avançado:

- Aponta-se, ainda, que o trabalho dos assistentes sociais se centra na família, e que a articulação entre saúde e assistência social se caracteriza por encaminhamentos dos usuários aos serviços da rede socioassistencial no território;
- A grande demanda de trabalho, dos profissionais que trabalham nas políticas, é referida como obstáculo para o planejamento das ações e para o adensamento da compreensão do que seja efetivamente intersectorialidade, bem como interdisciplinaridade e integralidade.
- Identifica-se a lógica do encaminhamento em detrimento da lógica do acompanhamento e a tentativa, por parte dos assistentes sociais para a realização de ações intersectoriais, de forma incipiente enquanto planejamento, execução e avaliação conjunta da ação. (BELLINI, 2014, p. 20)

O momento histórico e a fragilização das políticas sociais exigem que os profissionais estabeleçam outra relação com o trabalho e com os processos de trabalho. Essa perspectiva abrange desde a organização das demandas de trabalho, até o produto e a relação com os outros trabalhadores. Assim, evidencia-se uma urgência em adensar conhecimento, a criação de estratégias que possam motivar e comprometer gestores e trabalhadores, das diferentes políticas, a fim de propor novas possibilidades de intervenção, junto às famílias usuárias das políticas sociais.

As organizadoras Maria Isabel (2014) e outros chamam a atenção sobre os princípios que o profissional de Serviço Social, deve ter como base os princípios e valores preconizados no projeto ético-político profissional e nas políticas sociais. A autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais, a defesa intransigente dos direitos humanos, a ampliação e a consolidação da cidadania, o aprofundamento da democracia, a equidade e a justiça social, a eliminação de todas as formas de preconceito (Resolução CFESS Nº 273 de 13/03/1993).

Para os profissionais de Serviço Social e todos que trabalham com as políticas sociais, é de suma importância que as políticas sociais estejam interconectadas, ampliando seus conhecimentos no que tange a garantia da integralidade das ações, compreensão sobre o Sistema Único da Saúde (SUS), Sistema Unido da Assistência

Social (SUAS), refletir sobre o trabalho interdisciplinar, multidisciplinar entre outros. A intersectorialidade é compreendida como um processo de desenvolvimento de uma postura profissional que viabiliza um olhar ampliado das especificidades, que se conjugam no âmbito das profissões, através de equipes multiprofissionais, visando integrar saberes e práticas voltadas à construção de novas possibilidades de pensar e agir sobre as políticas sociais viabilizadoras de direitos sociais (MIOTO; NOGUEIRA, 2006, p. 276-277, apud BELLINI, 2014, p. 24).

Na atualidade, no âmbito das políticas sociais os serviços têm sido ofertados de forma fragmentada, não conseguindo uma política dar conta de responder a todas as demandas do usuário, por isso a necessidade de uma avaliação de um novo formato de prestação de serviços públicos, pois o usuário quando procura os serviços espera que seja resolvido senão todos os problemas ou que esteja encaminhado para sua efetividade. Ressalta ainda que apesar de os serviços serem direcionados aos mesmos grupos sociais, que ocupam o mesmo espaço geográfico, eles são executados isoladamente em cada política pública. Desse modo, a intersectorialidade passou a ser um dos requisitos para a implementação das políticas setoriais, visando à sua efetividade por meio da articulação entre instituições governamentais e entre essas e a sociedade civil.

CAPÍTULO II

2.1 A HISTÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

O Serviço Social na Política da Criança e do Adolescente).

Surgindo em circunstâncias históricas que permitem sua implantação na sociedade, por iniciativa de particulares, principalmente por intermédio da igreja católica, como parte de um movimento social mais amplo, com base numa formação doutrinária e social do laicato,⁸ ampliando seu quadro de devotos, numa ideologia neotomista.

Para Karl Marx (1982) o capitalismo não pode ser considerado somente na perspectiva de transações monetárias e lucro, para ele o capital é uma relação social e o capitalismo um determinado modo de produção, marcado não apenas pela troca monetária, mas essencialmente pela dominação do processo de produção pelo capital. Definiu também, como consequência, uma nova estrutura social, pois a concentração da propriedade dos meios de produção nas mãos de uma classe que representava apenas uma minoria da sociedade determinava o aparecimento de uma outra classe, constituída por aqueles que nada tinham, a não ser sua própria força de trabalho. (MARTINELLI, 2007, p.29)

Nesta postura, é preciso considerar o capital historicamente, socialmente e economicamente, como um modo de produção associado a um sistema de ideias. O ponto fundamental desta teoria é o modo de produção capitalista e as relações sociais que lhe são próprias, determinando a ruptura entre o capital e o trabalho entre o homem como membro de classes sociais, que passam a se diferenciar a partir da posse privada dos meios de produção. Sendo está uma concepção predominantemente aceita e em uso na moderna historiografia socioeconômica. Resumidamente para ele, a história do capitalismo é a história das classes sociais (MARTINELLI, 2007, p. 29).

Nos anos de 1900 a 1917, muitos imigrantes europeus desembarcaram no Brasil, eram os imigrantes que compunham majotariamente a mão de obra na indústria, viviam em condições precárias, a burguesia oferecia trabalho com baixos salários, necessitando que as mulheres e crianças viessem a compor um espaço nesta aliança de forças, crianças eram submetidas a castigos, quando não cumpriam suas “obrigações”, sem direitos trabalhistas, com excesso de carga horaria. O

⁸, Laico significa o que ou quem não pertence ou não está sujeito a uma religião ou não é influenciado por ela.

Disponível em: <https://www.significados.com.br/laico/> Acesso em: 26/05/17

movimento operário protestava (greves) manifestações operárias, ganharam força no pré-guerra e pós (I guerra mundial) eram constantemente reprimidos pela polícia⁹. A organização sindical com as primeiras greves se encaminhou em direção de uma consciência de classe para si, sobretudo em 1907, quando se reconhece o direito da livre organização sindical.

Iniciando-se a construção da consciência de classe, a classe operária começa a compreender a sua importância na dinâmica do capitalismo “Desde o momento em que descobre que é ele quem produz o capital, ao produzir mais-valia, o proletariado começa a libertar-se da dominação burguesa. Esse é o primeiro momento no processo de realização de sua hegemonia.” (IANNI, 1980, apud MARTINELLI, 2007, p. 73).

Segundo, Bhering, Boschett (2008) A igreja católica com seu Departamento Especializado da Ação Social, obras de caridade, possuía um status dentro da classe dominante, e investindo em outras instituições como a Associação das Senhoras Brasileiras (1920), no Rio de Janeiro, e a Liga das Senhoras Católicas (1923), em São Paulo, estando a frente destas atividades as senhoras da sociedade, que além de recursos possuem acesso a determinados setores da classe dominante, favorecendo o trabalho desempenhado com maior eficiência técnica. Diante de novos acordos políticos que se formaram, a igreja perdeu sua hegemonia junto a classe dominante, dentre estas e outras influências políticas, em 1922 foi fundado o Partido Comunista Brasileiro, sendo a principal organização partidária de esquerda do país.

Fatos históricos demarcaram as transformações socioculturais, eventos que deflagravam a dicotomia¹⁰ entre as classes sociais e a ordem, entre elas a importante Semana de Arte Moderna, promovida por uma vanguarda artística e cultural, demonstrava a preocupação com os rumos que a nação tomava, dentre os artistas que organizaram este evento estavam Oswald e Mário Andrade, Tarsila do Amaral, etc. Após a abolição da escravidão no Brasil, se instalou um regime, que demandava definir quais eram os próximos passos, crescia a insatisfação política dos empresários não ligados ao café, e os operários sem dispor de mecanismos de poder para assegurar seus interesses econômicos e políticos.

Segundo, Yamamoto (2007, p.136) a classe operária insiste em suas reivindicações e manterá um confronto constante através dos sindicatos – sua legitimidade foi reconhecida apenas no quadro colaboracionista, já agregado ao

⁹Disponível em :<https://www.youtube.com/watch?v=mU1hKZfN3ow> – Germinal (o filme) acessado em 02/05/2017 às 14:00

¹⁰Dicotomia é sinônimo de: divisão, oposição, separação, ramificação, bifurcação.

quadro funcional da classe dominante o sindicato tornou-se um órgão oficial. O Serviço Social se fez presente por dois motivos:

- a) O primeiro refere-se à crítica do empresariado à inexistência de um mecanismo de socialização do proletariado, isto é, de instituições que tenham por objetivo produzir trabalhadores integrados física e psiquicamente ao trabalho fabril.
- b) O segundo refere-se aos debates que as instituições representativas dos industriais travavam com o governo acerca da legislação social que é decretada entre 1925 e 1927 “Lei de Proteção do Trabalho, Código de Menores...” (IAMAMOTO, 2007. p.136).

Crise do Poder e Bloco Hegemônico

A crise mundial de 1929, com a queda da bolsa de Nova York, considerada a mais longa recessão econômica do século XX, altas taxas de desemprego, quedas drásticas do produto interno bruto, nos preços de ações em diversos países. No Brasil, as oligarquias agroexportadoras ficaram em situação vulnerável, contudo, os produtores de açúcar, de carne e outros, apresentaram-se em situação favorável, modificando o cenário político, e como principal liderança Getúlio Vargas, visando reorganizar as forças dominantes estabeleceu o “Estado de compromisso”, pressupôs uma relativa autonomização do aparelho de Estado, o qual canaliza pra seu interior as contradições econômicas e sociais do desenvolvimento capitalista, ascendendo ao poder outras oligarquias agrárias e o setor industrial (IAMAMOTO, 2007, p.149).

Durante o governo Vargas, na implementação da industrialização o desemprego era enorme, e os sem carteira assinada, ficavam expostos “a caridade”. À classe operária se organizou criando uma resistência ofensiva ao descaso do Estado em criar políticas protetivas para o trabalhador, os movimentos sociais, os trabalhadores se fortaleceram através dos Congressos Operários, confederações operárias, englobando diversas atividades profissionais e com apoio da imprensa operária reivindicavam melhorias no âmbito trabalhista. A julgar pelo tratamento dado à classe operária, o Brasil se referenciava às práticas abusivas desenvolvidas na Europa ocidental, com o advento da industrialização, a máquina era símbolo de opressão, como Martinelli (2007, p. 43) destaca que

Símbolo da opressão: a máquina, introduzida crescentemente na produção industrial, a máquina alterava de forma irreversível o processo social de trabalho, exigindo do trabalhador longas e penosas jornadas, através das quais o capitalista procurava auferir os lucros máximo de seu investimento. Por não mandar um grande aprendizado anterior e nem mesmo o dispêndio de forças físicas especiais, a indústria capitalista trouxe para a fábrica mulheres, jovens e crianças, o que implicava graves repercussões para a

personalidade desses jovens trabalhadores e para a estrutura de sua vida familiar.

O governo procurou criar um clima de estabilidade no país juntamente com a classe dominante assumindo um papel de controle e de repressão, com vistas de dinamizar o mercado, interviu criando dispositivos para desenvolver um estado de bem estar social com práticas assistencialistas (empréstimos, assistência médica, auxílio materiais), as medidas implementadas neste período histórico, deixaram expressos o quanto era o esforço da política liberal, para alcançarem seus objetivos de controlarem os movimentos sociais. O governo criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e as Juntas de Conciliação e Julgamento em 1932 e o Sindicato Oficial como instrumento de manobra política, reduzindo a uma instância corporativa de poder, controlada pelo Estado, através do aparato repressor, Lei de Segurança Nacional, Estado de Sítio e Estado de Guerra, deste processo de radicalização do fechamento político, culminou o golpe de 10 de novembro de 1937, através do qual se instaurou no governo Vargas a ditadura do “Estado Novo” no país. (MARTINELLI, 2007, p. 125).

A igreja católica fora do bloco hegemônico organizou-se estrategicamente para reconquistar seus privilégios e legitimar-se juridicamente, em 1931 realizou duas demonstrações de força na capital da República, proclamando a Nossa Senhora Aparecida como padroeira do Brasil, e num segundo momento a inauguração do Cristo Redentor, se posicionando e discursando na pessoa de Dom Sebastião Leme, que a igreja buscava como forma de reconquistar a sua hegemonia; então, diante de inúmeras pessoas discursou, “ou o Estado reconhecia o Deus do povo ou o povo não reconheceria o Estado”, além de todo aparato que subsistia concretizou suas manobras políticas, foram criados instrumentos como o Centro Dom Vital e a Confederação Católica, Instituto de Estudos Superiores, a Associação de Bibliotecas Católicas, a Ação Católica, encíclica Rerum Novarum e Quadragésimo ano, projetos... se intitulando como responsável por resolver os problemas sociais (IAMAMOTO, 2007, p.157).

2.2 O SERVIÇO SOCIAL E O DESENVOLVIMENTISMO

O Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), considerado como manifestação original do Serviço Social no Brasil, surgiu em 1932 incentivado e controlado pela hierarquia dominante (Empresários, Estado, igreja católica...), Aparecia como condensação da necessidade sentida por setores da Ação Social e

Ação Católica – especialmente da primeira, se tornando mais efetiva e dando maior rendimento às iniciativas e obras promovidas pela filantropia das classes dominante paulistas sob patrocínio da igreja e de dinamizar a mobilização do laicado. Com isso o Estado restabeleceu relações com a igreja católica, objetivando contar com seu apoio, ou seja, a “valiosa força disciplinadora da Igreja”. (IAMAMOTO, 2007, p. 155 e168)

O Serviço Social avançou em seu processo de institucionalização, com apoio do Estado que fez sua inserção na divisão social do trabalho, como conjunto de atividades legalmente reconhecidas, tratando de normatizar o ensino do Serviço Social.

A experiência do Serviço Social foi incentivada, através de um programa de intercâmbio cultural, possibilitando a participação em programas de bem-estar social, isto na década de 40. Em 1948 os Estados Unidos detinham influência significativa no território brasileiro, realizando acordos que foram elaborados estrategicamente, com fins de implementação de sua ação concreta a exemplo da criação da Organização dos Estados Americanos, consubstanciada na assinatura da Carta de Bogotá (Carta da OEA). Estes acordos significaram mudança na sua prática profissional, com a importação das técnicas de Serviço Social de Casos, seguido de Grupos e de Comunidade.

Segundo, Martinelli (2007) o Serviço Social de Casos teve como abordagem individual apoiada na linha psicanalítica. Através deste intercâmbio, abriu-se um canal de comunicação que permitia repassar a ideologia subjacente na metodologia de seus programas. No começo a influência norte-americana estava relacionada, principalmente no aspecto da instrumentação numa perspectiva funcionalista.

O governo interferiu com mais intensidade no mercado de trabalho, fazendo um paradoxo entre a redução das reivindicações dos trabalhadores, sendo que os sindicatos já haviam diminuído sua representatividade junto a burguesia, por outro lado decretou leis que restringiam o mercado de trabalho da livre concorrência no sentido da oferta e procura no mercado de trabalho (o empregado podia demitir-se, faltar, transferir-se ou procurar outro emprego), diminuiu a carga horária de trabalho para 10 horas, criou dispositivos, afim de impedir a exploração do trabalho infantil e feminino e ainda reduziu as exigências quanto aos padrões sanitários.

De acordo com Iamamoto (2007) “com medidas coercivas privilegiava a expansão industrial, porém mesmo com o mercado em plena ascensão o salário foi rebaixado, piorando as condições de trabalho”.

Getúlio Vargas (1942) pretendia passar uma imagem de governante preocupado com o povo, utilizou-se dos meios de comunicação, motivou a população a servir a pátria “esforço da guerra”, utilizou como pretexto do engajamento do país na guerra quando surgiu a primeira campanha assistencialista de âmbito nacional Legião Brasileira de Assistência (LBA) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), tinha como objetivo capacitar profissionais para expandir o mercado. A impopularidade de Getúlio Vargas, seja pelas medidas coercivas, pelo aumento da pobreza, a oposição ao governo crescia! Os movimentos operários reapareciam no plano político através da luta antifascista, e assim diminuindo a força de um regime ditador, consignando na deposição de Getúlio Vargas em 1945. Neste trâmite, o movimento pela constituinte se fazia presente até 1947. (IAMAMOTO, 2007, p.178-180).

Visando paralisar o movimento operário, criaram instituições como o Serviço Social da Indústria (SESI), Fundação Leão XIII, entre outras e serão estas instituições que irão contratar estes novos profissionais especializados no trato com a população em situação de pobreza, os agentes sociais que passam a utilizar o método do Desenvolvimento de Comunidade como prática predominante neste período, concebendo o sujeito social envolvido num projeto hegemônico, visando melhorar as condições econômicas, sociais e culturais de sua comunidade.

Este método é estimulado pela Organização das Nações Unidas (ONU), na década de 50 a ONU criou vários organismos que assumiram com clareza a questão do desenvolvimento (Divisão de Assuntos Sociais e a Unidade de Desenvolvimento de Comunidade). A Organização das Nações Unidas conceituava que os esforços da população aliavam-se aos do governo, para melhoria da situação econômica, social e cultural com vias de integrá-las na vida da nação e tornando capazes de contribuir decisivamente para o desenvolvimento do Brasil.

A ONU inseriu-se na perspectiva de “preservar o mundo livre” de ideologias não democráticas, pressupondo que as populações pobres tinham maior receptividade ao comunismo, então era preciso melhorar e desenvolver o sistema capitalista.

O pressuposto do país em desenvolvimento, isto é, país subdesenvolvido, no qual o Brasil se qualificava reforçando a ideologia que além do esforço, a superação era imprescindível para sobressair-se economicamente, almejava alcançar os mesmos parâmetros que o Estados Unidos, país desenvolvido que primava pelo “bem-estar”, proteção aos países em desenvolvimento.

Para Aguiar (1995, p.74) havia mais do que as palavras diziam “Esta ausência de clareza esconde a dominação dos países desenvolvidos sobre os subdesenvolvidos, bem como esconde a dominação e exploração nível interno do país, das classes dominantes sobre as dominadas”.

O cenário político concomitantemente estava se encaminhando para adesão ao sistema neoliberal sem perspectivas, onde se daria, no que tangia aos acontecimentos emblemáticos que se deram:

Em 1945, Eurico Gaspar Dutra, assumiu o governo com a mão forte sobre a população, durante a elaboração da nova constituição oficializou o Serviço Social da indústria e Comércio (1946), tendo como premissa o enfrentamento da “questão social”, sob uma ótica revolucionária, passando a ideia que estaria fazendo grandes mudanças para atender melhor os trabalhadores, porém era uma estratégia mancomunado com os empresários do setor em prol da manutenção da “ordem e segurança”, com intuito de preservar a continuidade da indústria, e racionalização da agricultura viabilizando o fortalecimento do mercado interno a partir do qual se estabeleceu outros departamentos, afim de integrar a população num projeto de expansão.

Segundo Iamamoto (2007, p. 273) outros movimentos aconteceram como, “II Congresso Brasileiro de Direito Social (1946), apareceu como marco de consolidação de novas posições da Ação Social Católica” .

Sendo ponto marcante a Constituição de 1946, que foi uma das democráticas do país, com determinantes como a retirada do partido comunista da ilegalidade.

Para Iamamoto (2007), o que caracterizou as práticas sociais desenvolvidas no âmbito do SESI como instrumento de contraposição a organização autônoma da classe operária e de luta política anticomunista, aparecendo como resposta aos empresários a nova conjuntura e correlação de forças que surgem com a desagregação do Estado Novo e a liberação do Regime, favorecendo o crescimento da hegemonia da burguesia, outra demonstração de poder e de fortalecer as

articulações junto a classe operária foi a Fundação Leão XIII, objetivando atuar sobre os habitantes das favelas.

O desfecho do governo de Getúlio Vargas deu-se com um golpe militar em detrimento de fatos políticos (manifestos, organizações sindicais, insatisfação da classe política) quando este presidente resolveu colocar um fim à sua própria vida, a situação política nacional, já estava abalada, a vacância do cargo máximo na política brasileira permitiu uma preocupante conjuntura de sucessão presidencial. Os militares combateram sem piedade qualquer ameaça comunista ou manifestantes contra o governo, marcando a história do Brasil por um período negro de atos autoritários ao extremo.

2.3 ANOS DOURADOS

Em 1956 (Anos Dourados) assumiu o governo Juscelino Kubitschek, que entrou para história do país como a gestão presidencial na qual se registrou o mais expressivo crescimento da economia brasileira, o lema do governo foi "Cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo".

Juscelino, tomou algumas atitudes radicais, fechou o Sindicato dos Trabalhadores Portuários e a Liga da Emancipação Nacional, ambos de orientação comunista; a Tribuna da Imprensa, de Carlos Lacerda, outra forma de ação contra a oposição era acusá-la de ser contra o desenvolvimento do Brasil "inimigos da nação".

Em 1957, realizou-se em Porto Alegre um seminário sobre "Educação de Adultos como processo de Desenvolvimento de Comunidade" promovido pela União Católica Internacional de Serviço Social (UCISS) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a discussão centrava-se na tarefa educativa dentro do trabalho de Desenvolvimento das Comunidades, além deste evento os assistentes sociais participaram da Conferência Internacional de Serviço Social sobre o tema "Mobilização dos recursos para atender às necessidades sociais", em Tóquio.

Os Centros Sociais contribuíram com a política de governo de Juscelino Kubitschek, principalmente no seu final, e o Serviço Social entra incisivamente no trabalho de comunidade, assumindo a postura desenvolvimentista, atendiam em Centros Sociais tanto na zona urbana, quanto na rural, visando maior proximidade com os moradores, estavam ligados aos problemas locais e procuravam resolvê-los através da mobilização do povo: alfabetizando as populações rural, modernizando a

agricultura, criando pequenas obras de infraestrutura urbana, sem ônus para os cofres públicos.

Behring, Boschetti (2008) destacam as crescentes tensões neste período, incluindo os protestos estudantis que tinham como demanda a ampliação do ensino superior, gerando mais uma expressão social, no que se refere a educação, entretanto, ressaltamos também as conquistas como o Ministério da Saúde, Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS) e outras legislações sociais.

No que condiz às políticas sociais houveram legislações como a unificação, uniformizado e centralização da previdência social no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). EM 1966, retiram a classe dominante (empresários) os trabalhadores da gestão da previdência social, que passou a ser tratada como questão técnica e atuarial.

2.4 MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO

“Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.”

Num cenário antagônico de forças o Serviço Social desenvolveu aos poucos um novo caminhar, como se estivesse num estágio embrionário da profissão, sendo conduzido para um posicionamento arbitrário, de intermediação a favor às forças do capital, mas quando se embrenha em busca do conhecimento, referenciais teóricos-culturais e ideológicos, instiga-se a necessidade da mudança.

Renovar as técnicas e procedimentos da profissão é reforçada pela expansão do mercado de trabalho, a ampliação dos profissionais, para atender novas expressões da questão social que se tornavam mais visíveis devido ao aumento do estado de miséria, fortalecendo a necessidade do rompimento com o conservadorismo na sociedade e na profissão.

A partir do golpe de abril de 1964¹¹, grandes transformações seguiram-se causando um impacto na ideologia de algumas profissões que passaram a fazer uma análise crítica diante dos acontecimentos, vindo a implicar nas mudanças de comportamento, apesar dos enfrentamentos feitos pelos movimentos sociais e a

¹¹Golpe de Estado no Brasil em 1964 designa o conjunto de eventos ocorridos em 31 de março de 1964 no Brasil, que culminaram, no dia 1º de abril de 1964, com um golpe militar que encerrou o governo do presidente democraticamente eleito João Goulart, também conhecido como Jango. Disponível em [:https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/golpe-militar-de-1964-1-elites-e-militares-derrubaram-o-governo-de-jango.htm](https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/golpe-militar-de-1964-1-elites-e-militares-derrubaram-o-governo-de-jango.htm) Acesso em: 27/05/17

sociedade civil, a repressão se fazia presente, muitos assistentes sociais foram vítimas de perseguição política, e também as agências de formação sofreram coação. Alguns permaneciam agindo da mesma forma, tal qual antes do golpe. Aguiar (1995) destaca:

que o Serviço Social – atua com uma proposição de engajamento social, isto é, para que o projeto social, que gera dependência tenha sucesso, será preciso integrar toda a população no projeto governamental, cada vez mais atuantes no que condiz a fortalecer o capitalismo.

No bojo do regime político ditatorial, os movimentos políticos emergentes durante o período populista foram desmobilizados, mudando o rumo de suas lutas. Alguns segmentos da categoria dos assistentes sociais atuavam junto a estes movimentos, com a intenção de construir um compromisso do Serviço Social com os interesses da classe operária e outros movimentos políticos. Com o golpe militar, este trabalho foi interrompido, restando apenas a execução das políticas sociais e dos programas de Desenvolvimento de Comunidade (DC), no sentido de eliminar os obstáculos da resistência cultural às inovações do crescimento econômico, isso passa a vigorar com alguns, porém outros profissionais do serviço social, estão numa corrente fenomenológica com vias da renovação da profissão.

Com o movimento político-militar de 1964, essas manifestações são isoladas e obrigada a refluir, reaparecendo apenas nas décadas seguintes. Apesar de a presença dessas tendências expressar um dado novo de significativa importância para o desenvolvimento posterior da profissão na busca de novas bases de legitimidade, a dimensão que assumem é restrita, e elas aparecem apenas como marginais e pouco definidas. Cabe considerar também a crítica que essas correntes passam a explicitar e o contra discurso que produzem podem ser caracterizadas ainda como uma ruptura com a herança conservadora do Serviço Social. Situam-se nos marcos do humanismo e do desenvolvimento, não atingindo as bases da organização da sociedade(IAMAMOTO, 2007, p. 36)

- Netto (2008) destaca que a laicização é o ponto primordial para a diferenciação da categoria profissional do (Serviço Social) em todos os seus níveis e conseqüente disputa pela hegemonia no processo profissional em todas as suas instâncias.

Em segundo lugar, no Serviço Social nele não refletia somente traços de funcionalidade e congruência com o regime autocrático burguês e suas demandas específicas, mas também núcleos e vetores que segregavam elementos de oposição e contestação. Em poucas palavras, isto equivale a afirmar que, instaurando condições para uma renovação do Serviço Social de acordo com as suas necessidades e interesses, a autocracia burguesa criara simultaneamente um espaço

onde se inscrevia a possibilidade de se gestarem alternativas às práticas e às concepções profissionais que a ela demandava.

A interpretação de Netto (2008), portanto, atribuiu à autocracia burguesa a função de precipitação de um processo de erosão do Serviço Social “tradicional” que lhe é anterior. O quadro econômico-social do final dos anos cinquenta, em plena expansão da industrialização pesada, colocava demandas de intervenção sobre a “questão social” que desbordavam amplamente às práticas profissionais que os assistentes sociais brasileiros estavam cristalizando como próprias da sua atividade.

Netto (2008), ainda aponta três elementos que são absolutamente relevantes para detectar a erosão do Serviço Social “tradicional”:

- O primeiro remete ao próprio amadurecimento de setores da categoria profissional, na sua relação com os outros protagonistas (profissionais: nas equipes multiprofissionais sociais: grupos da população politicamente organizados) e outras instancias (núcleos administrativos e políticos do Estado).
- O segundo refere-se ao desgarramento de segmentos da Igreja católica em face do seu conservantismo tradicional; a emergência de “católicos progressistas” e mesmo de uma esquerda católica, com ativa militância cívica e política, afeta sensivelmente a categoria profissional.
- O terceiro é o espriar do movimento estudantil, que faz seu ingresso nas escolas de Serviço Social e tem aí, uma ponderação muito peculiar. O quarto é o referencial próprio de parte significativa das ciências sociais do período, imantada por dimensões críticas e nacional-populares.

No Estado de Bem-Estar (WelfareState¹²), dá-se questionamentos sobre a profissão, seus pressupostos a ordem burguesa como limite da história, com toda sua organização governamental, e todas legislações elencadas neste período, num funcionalismo tecnicista, que se desenvolve com eficácia, mas negada na sua própria eficiência (NETTO, 2008, p.143).

A base da reflexão profissional se desenvolveu diferencialmente, quer cronologicamente, teoricamente – são três direções principais, constitutivas precisamente do processo de renovação: a vertente modernizadora, fenomenológica e marxista:

- A primeira direção conforma uma perspectiva modernizadora para as concepções profissionais, nos idos de 1970.

¹²O Estado do Bem-estar também é conhecido por sua denominação em inglês, WelfareState. Os termos servem basicamente para designar o Estado assistencial que garante padrões mínimos de educação, saúde, habitação, renda e seguridade
Disponível em :<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/estado-do-bem-estar-social>
Acesso em: 28-05-2017.

- A segunda direção concede um relevo destacado às dimensões de subjetividade, ela atende às requisições fortemente psicologista que surge em amplo estrato profissionais, cujo, o desempenho está travejado por um eticismo abstrato, à crescente “burocratização” “massificadora” da vida social, ela opõe a valorização profunda da personalidade, das “realidades psíquicas”, das “situações existenciais”, etc.

A fenomenologia foi um dos caminhos seguidos por alguns profissionais, fora um recurso na busca de um suporte metodológico até então não utilizado no desenvolvimento do Serviço Social (Brasil), objetivando a reelaboração teórica e prática da profissão, este aporte predominava na perspectiva de reatualização do conservadorismo. Influenciando nas décadas posteriores na perspectiva no processo de renovação profissional.

Para Netto (2008), não obstante o acúmulo de literatura brasileira, contesta, a necessidade de autores buscarem auxílio e inspiração fenomenológica. Analisa que sempre haverá pontos a discutir, quando se tratar de expor uma temática, com a abordagem fenomenológica, mesmo adversários mais contundentes, não deixaram de problematizar.

No que concerne à extensão da postura fenomenológica às ciências sociais, igualmente a polêmica é acesa: o empenho de Schutz é ferido por reservas elementares e um estudioso que analisou as várias abordagens sociológicas inspiradas na fenomenológica acabou por concluir que “embora a crítica fenomenológica dos aspectos da sociologia convencional tenha sido importante, a tendência a considerá-la como uma forma alternativa de sociologia foi contraproducente, levando à preocupação com relatos, descrições e cenários sociais, em detrimento de qualquer exame da realidade social, estrutura social ou das consequências da ação”(SMART,1978, p.141, apud Netto, 2008, p.211).

- A terceira direção identificada, fora a perspectiva que se propõe como intenção de ruptura, Ao contrário das anteriores, esta possuía como substrato nuclear uma crítica sistemática ao desempenho tradicional e aos seus suportes teóricos, metodológicos e ideológicos. (NETTO, 2008, p. 159).

2.4.1A Formulação da Perspectiva Modernizadora

A perspectiva de modernizadora, constitui a primeira expressão do processo de renovação do Serviço Social no Brasil. Emergente desde o encontro de Porto Alegre, em 1965, ela encontra a sua formulação arrimada nos resultados do primeiro “Seminário de Teorização do Serviço Social”, promovido pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS) na instância hidromineral de Araxá (MG), entre 19 e 26 de março de 1967, e se desdobra nos trabalhos do

segundo evento daquela série, também patrocinado pelo CBCISS e efetivado entre 10 e 17 de janeiro de 1970, em Teresópolis- Rio de Janeiro.(NETTO, 2008, p. 164).

Araxá: a afirmação da perspectiva modernizadora

Os 38 assistentes sociais de cujas reflexões resultou o Documento de Araxá partiram de um patamar consensual na apreciação da profissão: Como prática institucionalizada, o Serviço social se caracterizava pela ação junto a indivíduos com desajustamentos familiares e sociais. Tais desajustamentos muitas vezes decorrem de estruturas sociais inadequadas, como o destacava o Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais, compreendendo dimensões corretivas e promocionais, entendiam que estas últimas – ressaltavam que “promover é capacitar, definem a inserção do Serviço Social no processo de desenvolvimento, tomado este em sentido lato, isto é, aquele que levava à plena utilização dos recursos naturais e humanos e, conseqüentemente a uma realização integral do homem.(CBCISS, 1986:24 apud NETTO, 2008, p.167).

Teresópolis: a cristalização da perspectiva modernizadora

É com efeito, a justaposição dos relatórios dos dois grupos de estudos em que se dividiram os 33 profissionais que participaram do encontro. Mas a diferença entre os dois documentos não terminava neste aspecto formal. Em 1970 a temática do encontro foi na necessidade de um estudo sobre a Metodologia do Serviço Social face à realidade brasileira.

No texto de Teresópolis – é o coroamento do transformismo, No documento de Teresópolis, o dado relevante é que a perspectiva modernizadora se afirma não apenas como concepção profissional geral, mas sobretudo como pauta interventiva. Há mais que continuidade entre os dois documentos: no de Teresópolis, “o moderno” se reergue como a conseqüente instrumentação da programática(desenvolvimentista).que o texto de 1967 avançava.¹³O debate girou em torno dos Fundamentos da Metodologia do Serviço Social, sendo três (Introdução às Questões de Metodologia, Teoria do Diagnóstico e da Intervenção em Serviço Social, Teorias

¹³ A listagem da documentação preparatória ao seminário encontra-se em CBCISS(1986: 97-99)

de Intervenção Profissionais e Bases para a Reformulação da Metodologia do Serviço Social).

A questão da renovação das práticas convencionais do Serviço Social, aliadas ao processo capitalista, era tema de um cenário político, social no universo acadêmico da Universidade Católica de Minas Gerais, nos anos 80 esta temática foi além dos muros da academia.

“Em Araxá, coroa-se uma indicação do sentido sociotécnico do Serviço Social; em Teresópolis cristaliza-se a operacionalidade deste sentido: obtém-se a evicção de qualquer tematização conducente a colocá-lo em questão, consolida-se o seu trato como conjunto sistematizado de procedimentos prático-imediatos suscetíveis de administração tecnoburocrática” (NETTO, 2008, p.190).

Para Yamamoto (2007) a discussão do papel profissional dentro da linha de ruptura com a herança conservadora do Serviço Social deve passar por duas ordens de consideração relativamente ao meio profissional dos Assistentes Sociais. Embora alguns de seus segmentos tenham o propósito de se transformar em intelectuais orgânicos do proletariado, essa postura não é regra para o todo da categoria dos Assistentes Sociais.

É preciso também considerar as relações da categoria – enquanto expressão dos estratos médios – com o conjunto da classe trabalhadora, no processo de construção de uma nova hegemonia que tendo por centro o proletariado, seja capaz de incluir em seu projeto para a sociedade as aspirações específicas dos setores médios que lhe são mais próximo. O debate sobre o significado e a direção social da prática profissional deve ser incentivado no meio dos Assistentes Sociais, para que se ampliem as bases de um exercício profissional que respeite e contribua para a defesa do espaço democrático, da participação popular no momento histórico presente.

2.5 SERVIÇO SOCIAL NOS ANOS 80

O Neoliberalismo no Brasil, emergiu nos anos 70, com um diferencial quanto as medidas que foram impostas no mercado de trabalho como: uma das características é a redução dos postos de trabalho e a desaceleração na criação de novos empregos, como consequência da reestruturação produtiva, a redução ou manutenção dos gastos públicos implicou também a redução dos gastos com os sistemas de proteção social, com a inflação alta, devido ao desequilíbrio financeiro que o país passava buscando alternativas para conseguir pagar suas dívidas com os países norte-americanos.

De acordo com Behring, Boschetti (2008) os anos subsequentes foram marcados pela distensão, pela abertura lenta e gradual do regime, num processo de transição para a democracia que iria condicionar em muito a adesão brasileira às orientações conservadoras neoliberais, com sua adesão considerada tardia, conforme a conjuntura política mundial.

Seguidas nos anos 80 com dificuldades de formulação de políticas econômicas de impactos nos investimentos e na redistribuição de renda, contracenando com a expectativa de mudança, assim sendo a constituinte resultado de um processo duro de mobilizações, configurando campos definidos de forças.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (Constituição Cidadã), em seu texto da amostra deste cenário de lutas. O neoliberalismo do ajuste estrutural capitalista dos anos de 1990, com consequências para as políticas sociais, a rigor do que acontece nos países centrais, no social o carro chefe do presidente Sarney, presidente do Brasil no que refere ao enfrentamento da questão social foi o Programa do Leite, mais voltado para instrumentalizar as associações populares (BEHRING, BOSCHETTI, 2008, p. 143).

Os anos 1990 trouxeram para o país uma emergência no redimensionamento econômico e uma maior abertura para a economia global e para a concorrência internacional. Com essa abertura, o Brasil teve que se adequar aos moldes internacionais. Contratações flexibilizadas, subcontratos, parcialidade no trabalho, incorporação de modelos americanos no sistema de produção evidenciaram esta adequação.

Houve grandes mudanças: “propostas de privatização das empresas estatais; da flexibilização da economia e reestruturação no mundo do trabalho, da retração dos direitos sociais e da reforma do Estado, o Estado mínimo”.

2.6 SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

No início do século XXI, as alterações nas relações sociais requisitam da profissão novos patamares para compreensão da sociedade, fazendo emergir preocupações com as matrizes teóricas que alimentam a formação profissional e a intervenção do assistente social.

Segundo IAMAMOTO (2008) a profissão do Assistente Social supera as dificuldades encontradas nos anos 80, principalmente, as defasagens de publicações acerca dos fundamentos filosóficos da ética e do ser social, consolidando um amadurecimento, sistematizado e difundido entre a categoria na década, a partir da

promulgação de documentos normativos, necessários nesse modelo de sociedade, a fim de garantir os direitos e deveres dos profissionais.

Os assistentes sociais ingressaram nos anos 90 como uma categoria de pesquisadora, a aprovação do Código de Ética (Resolução CEFFESS, nº 273-13/03/93), modificando e tratando a ética em seus fundamentos filosóficos, em sua configuração histórica na sociedade burguesa e na realidade brasileira.

O Serviço Social rompe com o conservadorismo, com um olhar sobre o homem, numa nova investidura entendendo que é o homem enquanto ser social que constrói sua história, tendo a liberdade como eixo central de orientação deste projeto, entendida não apenas como valor, mas como capacidade ontológica do ser social.

É possível afirmar, então, que o Código de 1993 materializou algumas exigências e possibilidades que se espera do profissional de Serviço Social, crítico, teoricamente qualificado e politicamente articulado a valores progressistas, “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (CFESS, 1993, p.18).

Na formação profissional a teoria social crítica foi definitivamente incorporada. Novas dimensões foram evidenciadas, como também uma nova reforma curricular, esse posicionamento está expresso (Diretrizes para o Curso de Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social – ABESS -1996) e o Código de Ética ambos de 1993, que redimensionou a formação profissional a fazer frente a esse novo cenário histórico. (IAMAMOTO, 2007, p. 113).

Ainda nessa década, o debate teórico, o que gerou maior visibilidade acadêmica e científica da profissão. A pesquisa que até então não era uma realidade determinante do modo de ser e existir do serviço social passou a ser uma necessidade em todos os níveis de formação.

O trabalho é tomado como norte, como categoria central do ser social, sendo, portanto, a partir dele pensadas e repensadas as ações. Núcleos de fundamentação foram criados a fim de efetivar este projeto profissional.

Para Iamamoto (2007, p. 62) “o assistente social deve dar conta das particularidades das múltiplas expressões da questão social, experienciada pelos sujeito em sua vida cotidiana”.

O Código de Ética de 1993 veio somar a essas premissas de mudança instauradas para a profissão. A liberdade é colocada como valor ético central tal como as demandas que emergem dela junto ao contexto político:

autonomia, emancipação do sujeito. Sinaliza-se o respeito ao indivíduo respeitando sua história, sua cultura, seus costumes (IAMAMOTO, 2007, 62).

Destaca-se os avanços consolidados pela profissão de Serviço Social na década de 1990, se deram em três dimensões. Na dimensão ético-política, a superação da neutralidade profissional, inserindo os profissionais na luta juntamente com os trabalhadores. Na dimensão teórico-metodológica, com o Código de 1993, a ampliação com a teoria marxista, que se baseou no entendimento crítico e histórico da prática ética e política. Na dimensão técnico-operativa, a conquista de direitos e deveres do assistente social sintonizados ao projeto profissional “projeto ético-político” dando novos rumos consolidados pelo Código de Ética de 1993.

Estas mudanças ocorreram num contexto político e ideológico de peso, quando através de eleições diretas a população votou por um presidente da direita, que derrotou as esquerdas organizadas nas urnas, após trinta anos de ausência de eleições diretas, conquistando a presidência Fernando Collor de Mello.

O Governo Collor tratou de implementar uma política econômica e uma política externa que seguia de perto as recomendações e diretrizes do chamado consenso de Washington¹⁴ Implementou uma ousada política de privatizações e de liberalização econômica, tanto no que tange aos fluxos de capitais quanto aos fluxos de mercadorias (BHERING,BOCHET,2008,p.1480.)

Com o governo Collor e seu plano econômico, assistiu uma ruptura econômica política que marcou a trajetória do desenvolvimento do Brasil, consignando com as mudanças implementadas no trabalho do Serviço Social

Olhar para fora do Serviço Social é condição para se romper tanto com uma visão rotineira, reiterativa e burocrática do Serviço Social, que impede de vislumbrar possibilidades inovadoras para a ação, quanto com uma visão ilusória e desfocada da realidade, que conduz a ações inócuas. Ambas têm um ponto comum: estão de costas para a história, para os processos sociais contemporâneos. (IAMAMOTO, 2007, p. 22).

Esta reflexão vem reafirmar o que versa o atual Código de Ética do Serviço Social¹⁵ sobre o exercício profissional que deve priorizar os elementos constitutivos

O Consenso de Washington foi uma recomendação internacional elaborada em 1989, que visava a propalar a conduta econômica neoliberal com a intenção de combater as crises e misérias dos países subdesenvolvidos, sobretudo os da América Latina. Sua elaboração ficou a cargo do economista norte-americano John Williamson.

Disponível em :<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/consenso-washington.htm>
Acesso em: 28-05-2017

¹⁵Este Código foi resultado de um amadurecimento das reflexões iniciadas na elaboração do Código de 1986.

da democracia. Logo a atuação do assistente social deve buscar o domínio sobre o que versam as políticas públicas para através deste conhecimento instrumentalizar ações que possibilitem aos usuários a apropriação dos direitos que lhe são assegurados neste país.

Devendo, portanto ao Serviço Social defender o processo de enfrentamento às desigualdades postas à sociedade brasileira, a intervenção do assistente social no campo do Direito, no que tange aos direitos sociais, surge como importante instrumento para universalização das políticas sociais.

O Serviço Social hoje, está em ascensão, torna-se cada vez mais relevante, no que se refere à conjuntura política, intermitentemente às situações que abrangem o cotidiano dos usuários da política social (desemprego, saúde, serviços públicos em geral), a profissão interage na realidade com uma performance autônoma, com seus instrumentais técnico-operativo para agir no mais complexo terreno arenoso das necessidades humana, confirmando a importância deste profissional na sociedade como mediador, pesquisador, gestor, analista judiciário.

O uso dos instrumentais técnico-operativos pode ser visto como uma estratégia para a realização de uma ação na prática profissional, onde o instrumental e a técnica estão relacionados em uma “unidade dialética”, refletindo o uso criativo do instrumental com o uso da habilidade técnica. O instrumental “abrange não só o campo das técnicas como também dos conhecimentos e habilidades”(MARTINELLI, 2000, p138).

Acrescenta-se o conhecimento metodológico e teórico, que suprem os espaços que poderiam conduzir à práticas funcionalistas e rotineiras, sem o olhar crítico da totalidade.

Ainda há muitos enfrentamentos a fazer, de acordo com os movimentos que ocorrem na sociedade, porém, a atualização constante, prepara-o para as adversidades, criando, recriando novas ações em prol de atingir os objetivos da profissão, estar articulado ao significado social da profissão (intervir) às demandas dos usuários e desenvolver programas que visem minimizar ou extinguir situações que produzem a desigualdade social.

Uma profissão que possui um projeto ético-político do Serviço Social, que implica compromisso com uma nova ordem social na qual busca-se competências profissionais que visem formação permanente e constante postura investigativa.

Tornando-se insubstituível, por isso é pertinente o conhecimento pleno do projeto ético-político por parte dos profissionais, para que possam pautar suas ações interventivas de forma concreta nos espaços sócio-ocupacionais

2.7 SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Os marcos legais e normatizações (1889 -1930), dizem respeito as relações conflituosas, Estado e sociedade civil, quando impõe na colonização uma cultura às crianças indígenas pelos jesuítas, a discriminação racial na adoção dos “enfeitados” da Roda dos Expostos, o infanticídio, a exploração dos trabalhos de crianças escravas e no trabalho fabril (PASSONE, 2007, p. 653)

As legislações no Império desenrolaram-se em torno de recolhimento de crianças órfãs e abandonadas por meio de medidas assistências privadas de cunho religioso, e no início da República em 1890, deram-se o início dos debates em relação a educação em detrimento da manutenção da punição. Ressaltam-se no plano das ideias, o movimento higienista associado aos médicos e filantropos, o positivismo dos militares “ ordem e o progresso”, utilizando-se de mecanismos que diferenciavam o status social das crianças como “escala da moralidade” ou da “profilaxia da criminalidade”, discriminando as crianças pobres, como menores, daquelas que eram consideradas produtivas.¹⁶ Este pensamento seguiu-se nas décadas posteriores, com intuito de preservar a sociedade alegou-se a necessidade de uma legislação específica que desse autoridade ao Estado e controle da sociedade em relação infância, aliando jurídico-médico e assistencial em torno do sistema de proteção do menor.

Segundo Iamamoto e Carvalho (2006), o Serviço Social, tivera sua atuação junto à criança e ao adolescente como demanda histórica direcionada, ao analisar os fundamentos sócio-históricos da profissão no Brasil, destacam, na particularidade do Rio de Janeiro, que o processo de formação profissional esteve intimamente relacionado a instituições sociais públicas e, dentre estas, ao Juizado de Menores do então Distrito Federal.

1920 - 1930 –alguns acontecimentos emergem neste período, que são em última instância resultado da pressão do proletariado:

Desde de 1906, do então Deputado Alcindo Guanabara, à Câmara dos Deputados do Rio de Janeiro, passando pelos decretos e leis, promulgados na década de 1920, até a proposição da legislação específica: o Código de Menores de 1927.

Na década de 1920 não podem ser, no entanto, inteiramente subestimadas. Em 1925 é criado o Conselho Nacional do Trabalho e, em 1926, a ortodoxia

¹⁶ Crianças produtivas, a partir de 07 anos as crianças poderiam trabalhar (fabricas, internatos, fazendas) “profilaxia da criminalidade” – desordem social

liberal da primeira Constituição republicana é parcialmente rompida. Por meio de Emenda Constitucional a legislação do trabalho passa à alçada do Congresso Nacional, abrindo-se o caminho à intervenção do Estado na regulamentação do mercado do trabalho. Neste ano e no seguinte são aprovadas leis que cobrem uma parcela importante da chamada “proteção ao trabalho”, como a lei de férias, acidente de trabalho, código de menores, trabalho feminino, seguro contra doença. Etc.(IAMAMOTO, 2007, p.132).

Em 1936, um curso destinado à formação de técnicas para atuar junto ao “problema do menor” e da família pobre, formando sua primeira turma em 1938 e incorporando uma de suas alunas, a profissional Maria Esolina Pinheiro, como técnica do Laboratório de Biologia Infantil (LBI). O Laboratório de Biologia Infantil, anexo ao então Juizado de Menores, caracterizou-se como instituição destinada à identificação e à investigação médico-biológica dos “menores” abandonados e, sobretudo, dos delinquentes, tendo em vista mapear as causas da autoria dos atos análogos a crimes e a indicação do tratamento devido.

Tanto o Laboratório de Biologia Infantil, quanto o próprio Juizado de Menores, tiveram sua origem relacionada à construção da Política de Atendimento destinada à infância abandonada e delinquente, proposta através de um conjunto de legislações. 1945/1964 – O Serviço Social na instituição judiciária se deu, intermediada pela atuação foi determinante com a criação do Serviço de Assistência ao Menor – SAM, (decreto 3.799 de 1941), com a função de unificar as ações e instituições destinadas ao “menor abandonado e delinquente”.

A proposta regenerativa conservava também a incorporação de um conteúdo moral concentrado, sobretudo, num padrão determinado de família e dos papéis exercidos por seus representantes. Os que não correspondiam ao que era socialmente determinado acabavam sendo designados, como desajustados sociais. No caso dos “menores” retirados do contexto familiar “vicioso” ou das ruas das grandes metrópoles, estes eram inseridos em diferentes tipos de instituições sociais.

A Justiça de Menores, ao mesmo tempo em que normatizava e julgava os supostos desajustes sociais portados por famílias pobres, necessitava executar ações destinadas à proteção e à regeneração dos chamados “filhos da pobreza”. É neste sentido, que a assistência é destacada como ação auxiliar ao sistema de justiça e o assistente social, demandado como técnico prioritário para este fim. “A ação do Serviço Social se entrelaça totalmente com a execução da legislação social, sobretudo, a de assistência geral e a de proteção aos menores abandonados, adaptação dos anormais e reeducação dos delinquentes.”(PINHEIRO, 1985 p. 19, apud, Celestino, 2016, p.6).

A atuação do assistente social, nas origens da profissão no Brasil, concentrava-se no esforço de ajustamento dos indivíduos ao meio, partindo da concepção positivista, que no Brasil fora fundamentada largamente pelos estudos de August Comte. Neste sentido, a questão social expressa nas condições de vida dos ditos “menores” e de suas famílias era postulada enquanto “problemas individuais”, que necessitavam ser tratados de maneira que estes indivíduos se adequassem à sociedade, convivendo em “harmonia social”, como forma de garantir plenas condições ao desenvolvimento do projeto de sociedade capitalista e moderna aos moldes dos países centrais.(CELESTINO, 2016, p.6).

Legislações e normatizações no período de 1945-1964

A Constituição de 1946 aprovou várias medidas legais, que haviam sido pleiteadas pela classe trabalhadora, através dos sindicatos e movimentos populares, no decorrer de décadas “o salário mínimo familiar, a proibição do trabalho de menores de quatorze anos, a assistência sanitária e medica ao trabalhador e à gestante, previdência social,”, além dessas medidas a infância foi lembrada também na situação de adoção, sendo criado em 1949 (Lei n. 560) o primeiro serviço de colocação familiar.

Em 1948 o tema “educação” fez parte dos debates, formando uma comissão para iniciar a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) foi instituída na Câmara Federal, sob a presidência de Lourenço Filho.

A Lei de Diretrizes e Bases, estabeleceu a educação nacional como “inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana”, consagrada como direito de todos, a ser dada no lar e na escola (GONÇALVES, 20112, 139).Esta iniciativa fazia parte do momento democrático ou diria redemocratização após a queda do Estado Novo, período de forte organização de movimentos sociais e greves, além do fim da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria.

Os anos 50, a infância foi atendida pela educação no que se refere ao ensino primário e o Ministério da Saúde também atendeu na atenção quanto a merenda escolar, objetivando suplementar o déficit alimentar da criança na escola (PASSONE, 2010, p.660).

Um marco relevante, a condição de criança de direito e valorizada internacionalmente, ocorrendo em 1959 na Declaração Universal dos Direitos da Criança. Este documento visava orientar os países do mundo inteiro a respeitarem as necessidades básicas das crianças. Sendo aprovado por unanimidade, no dia

20 de novembro de 1959, pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas. O cumprimento desses preceitos são fiscalizados pela UNICEF¹⁷, que é um organismo unicelular da ONU, criada com o fim de integrar as crianças na sociedade e zelar pelo seu convívio e interação social, cultural e até financeiro conforme o caso, dando-lhes condições de sobrevivência até a sua adolescência.

Segue um resumo das principais legislações de 1889 a 1985,

¹⁷O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) está apoiando as mais importantes transformações na área da infância e da adolescência no País. O UNICEF participou das grandes campanhas de imunização e aleitamento materno, da mobilização que resultou na aprovação do artigo 227 da Constituição Federal e na elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente, do movimento pelo acesso universal à educação, dos programas de enfrentamento ao trabalho infantil.

Disponível em :<https://www.unicef.org/brazil/pt/> Acesso em: 12/06/2017

**TABELA 1 – CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO ATENDIMENTO
À INFÂNCIA NO BRASIL**

(1889-1985)		
Períodos	Principais normatizações e legislações	Principais características
Primeiros passos: marcos legais e normatizações (1889-1930)	<ul style="list-style-type: none"> -Código criminal do império (1830) - Lei do Ventre Livre (1871) -Código Penal da República (1890) -Código de Menores (1927) 	<ul style="list-style-type: none"> - Infância como objeto de atenção e controle do Estado. - Estratégia médica-jurídica assistencial
Autoritarismo populista e o Serviço de Assistência ao Menor (1930 a 1945)	<ul style="list-style-type: none"> - Departamento Nacional da Criança (Decreto-Lei n.2.024 de 1940) - Serviço de Assistência ao Menor (Decreto n.3799 de 1941) - Estabelece a Legião Brasileira de Assistência. 	<ul style="list-style-type: none"> - Avanço estatal no serviço social de atendimento infantil. - Organização da proteção à maternidade e à infância.
Democracia Populista (1945 – 1964)	<ul style="list-style-type: none"> - Serviço de Colocação Familiar (Lei n.560 de 1949) - Serviço Nacional de Merenda Escolar (Decreto n37.106 de 1955) -Instituto de Adoção (Decreto-Lei n. 4269 de 1957). - Leis das Diretrizes e Bases da Educação (Decreto-Lei n.4024 de 1961) 	<ul style="list-style-type: none"> - Manutenção do aparato Legal - Regulamentação dos Serviços de Adoção.
Ditadura Militar e Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (1964 a 1985)	<ul style="list-style-type: none"> - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Decreto n.4.513 de 1964) - Diminuição da idade penal para 16 anos (Lei n. 5258 de 1967) - Acordo entre o Fundo das Nações Unidas para Infância e o Governo dos Estados Unidos do Brasil (Decreto n. 62.125 de 1968) - Código de Menores (Lei n. 6.697 de 1979) – Doutrina da Situação Irregular do Menor. 	<ul style="list-style-type: none"> -Reordenamento Institucional repressivo - Instituição do Código de Menores de 1979 - Contradições entre a realidade vigente e as recomendações das convenções internacionais sobre o direito da infância.

Fonte: PEREZ, PASSONE, 2010, p.653

2.7.1 Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

A criação da Fundação Nacional de Bem-estar do Menor, pela Lei 4.513 de 1964, é referida como um dos primeiros atos normativos e executivos do governo militar, sob a égide da ditadura civil-militar no Brasil. Com o objetivo de formular e implementar a Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM), na qual o ideal de bem-estar relacionava-se a princípios constantes em documentos internacionais, a exemplo da Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959), a FUNABEM expressara objetivamente o processo de reorganização do Estado, objetivando gerenciar o processo de desenvolvimento em proveito dos monopólios, reequaciona não só inteira, mas profundamente não só o sentido das políticas sociais setoriais (...), mas especialmente, toda a malha organizacional encarregada de planejá-la e executá-la (NETTO, 2006, p.120).

Sob o princípio idealizado de bem-estar para crianças, adolescentes e famílias pobres, a FUNABEM e a PNBEM representaram a face contraditória do governo militar, expressa, de um lado, por sua ação autoritária e arbitrária e, de outro, por meio de um conjunto de ações destinadas ao consenso e à coesão social, em meio ao discurso nacionalista. Para além da reestruturação da forma de intervenção sobre os ditos “menores”, que superasse as críticas dirigidas ao antigo SAM.

A visão tutelar e a ação radicalizada de institucionalização vieram acompanhadas de autonomia financeira e administrativa, da contratação de um verdadeiro “exército” de profissionais especializados e da reforma estrutural do complexo institucional destinado aos menores reconhecidos como carentes, marginalizados e antissociais.

O “combate” à pobreza concentrava-se na perspectiva de proteção e prevenção contra a exposição aos vícios e “caminhos tortuosos”, em especial relacionados à ameaça comunista. Nesse contexto, as ações inscritas na política de atendimento fundamentavam-se na ideologia de segurança nacional, conforme nos ensina Luiz Basílio (1985), conservando o esforço histórico pela adequação e disciplina.

Mas se os princípios incutidos no atendimento ao agora designado “menor com conduta antissocial” permaneceram, ainda que reconfigurados, a requisição profissional direcionada a este fim também expressaria ares renovados e modernizados.

Com as profundas mudanças econômicas a criança deixa de ser objeto de interesse, preocupação e ação no âmbito privado da família e da igreja para tornar-se uma questão de cunho social, de competência administrativa do Estado (RIZZINI, 1997, p.24-25).

O código de 1927, Faleiros(1995) desempenhou um papel higienistas de proteção aos menores eram acolhidos em âmbito de cumprimento de medida educativa, tinham que desempenhar funções determinadas nestes estabelecimentos, entretanto, neste código foi regulamentado a jornada de dos operários menores de 18 anos até 6 horas diárias, e não sendo mais permitido o trabalho infantil para menores de 12 anos.

No contexto do movimento de 1930 e da instauração do Golpe de 1937, sob a agenda de reformas do Estado, o Brasil organizava suas primeiras políticas sociais, nas quais tinham um espaço às famílias e à infância, no campo da assistência. Neste aspecto as famílias poderiam pleitear auxílio e proteção do Estado para a subsistência e educação de sua prole. (RIZZINI, 1995, p. 136 apud PASSONE, PERES, 2010, p.656).

Segundo IAMAMOTO (2007), a primeira medida legal nesse sentido no âmbito federal será dada apenas em 1938 (Decreto-Lei n. 525, de 1.7.38) já sob a vigilância do Estado Novo e instituída sob o regime de Decreto Lei , a Organização Nacional do Serviço Social, seguido pelo Departamento Nacional da Criança, vinculado ao Ministério da Educação e Saúde, com funções de órgão consultivo, objetivando desenvolver estudo, organizar estabelecimentos, conceber subsidio às iniciativas privadas de amparo às mães e filhos (ONGS), em seguida foi criado o Serviço de Assistência ao Menor, órgão diretamente subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios do Interior e ao Juizado de Menores (Decreto N. 3799).

Nos anos 40, a terceirização é uma estratégia do Estado para o atendimento às políticas sociais, em 43 foi aprovado o Decreto n. 6026, que dispunha sobre as medidas corretivas aos menores de dezoito anos, pela pratica de infrações penais, não alterava o Código de Menores, com ressalva, no cumprimento de medida de 14 para 18 anos. Cabendo ao Serviço de Assistência ao Menor (SAM), fiscalizar as entidades privadas.

Os preceitos humanistas, que outrora fundamentaram a profissão, a partir da década de 1960, cedem lugar à compreensão do Serviço Social como profissão liberal de natureza técnico-científica. Amparados pelas abordagens “psicossociais” do menor e da família, os assistentes sociais inseridos em processos de trabalho coletivo junto a médicos, pedagogos, psicólogos e educadores propagaram saberes e teorias sobre as origens da delinquência e da criminalidade, concentradas, sobretudo, na pobreza, no “desajuste” familiar e na incorporação de uma dada imoralidade por estes

adolescentes, que vigoram até hoje no senso comum, como justificativa para a autoria dos atos infracionais.

Tal atuação, afinada aos objetivos institucionais da FUNABEM, contribuiu para que os assistentes sociais, para além de agentes executores da política de atendimento, ocupassem, ao longo da história da instituição, cargos de direção, coordenação, bem como funções relacionadas à pesquisa, à proposição de serviços e programas e na produção de conhecimento sobre o universo da delinquência e da conduta antissocial. Nas edições da Revista Brasil Jovem, criada em 1966, de publicação da FUNABEM, um número considerável de matérias se propõe a analisar as condutas antissociais, de delinquência e de criminalidade, algumas destas, reportando falas e saberes de profissionais assistentes sociais.

Cabe destacar que a perspectiva de “patologia social”, conferida pela corrente médico-higienista que despontava no Brasil, sobretudo na década de 1920, passa por um processo de ressignificação na década de 1960, por meio dos estudos voltados para a análise da personalidade antissocial e na busca das causas da propensão à violência e à delinquência, estimulados após a descoberta da estrutura molecular do DNA e dos códigos genéticos (1953).

A condição de delinquência e/ou de conduta antissocial foi reportada a fatores relacionados à hereditariedade, a condicionamentos comportamentais “diagnosticados como “vícios” e à perda de valores morais e sociais. Sendo assim, entre os esforços técnico-científicos para a atuação junto aos “antissociais”, cabia ao assistente social, em primeiro lugar, a análise do contexto social, que implicava na autoria dos atos criminosos. Tais análises reportavam-se, sobretudo, à família e ao diagnóstico “sociofamiliar”. “Ao assistente social, através de observações diretas de levantamentos, de estudos ligados de modo especial à família e de entrevistas com o menor e seus familiares, cabe ressaltar o estudo e diagnóstico sócio-familiar do menor (FUNABEM, 1974, p.64, apud Celestino, 2016, p. 7).

A atuação profissional investia no atendimento voltado ao tratamento do “menor” e da família, em especial por meio de entrevistas individuais, de abordagens de “aconselhamento” e de “suporte” oferecido, entre os recursos institucionais, a exemplo das oficinas de artes e ofícios e das atividades profissionalizantes e esportivas. O atendimento à família passava também pela prestação de “auxílios emergenciais”, tais como o valor do transporte para visita aos adolescentes internados e a concessão de cestas básicas. Os recursos “extramuros” e a interação comunitária

com as demais instituições, serviços e programas só passam a ser evidenciados a partir da década de 1970, quando o Sistema Nacional de Bem-Estar do Menor passa a ser composto pela FUNABEM, de caráter nacional, normativo e de gestão e pelas FEBEMs, as quais, sediadas em cada estado da federação, tinham caráter executivo.

A interação comunitária e a descentralização da execução da política demonstravam sinais de avanço, em relação à expressão histórica de centralização das ações e ao isolamento dos adolescentes, a década de 1970 também irá reportar retrocessos nos princípios legais, por meio da versão revisada do Código de Menores de 1979, o qual destaca oficialmente a condição de “situação irregular”, ratificando a condição de pobreza como indicadora da necessidade de intervenção judicial por parte do Estado, mas é também neste período, entre as décadas de 1960 e 1970, que no Serviço Social vimos emergir o movimento de renovação da profissão e a constituição dos “vetores de erosão com Serviço Social tradicional”, ainda que a “intenção..

Aprovou-se novo Código de Menores de 1979 (Lei 6.667, de 10 de outubro de 1979) que adotou a doutrina jurídica de proteção do “menor em situação irregular”, vindo a abranger

- os casos de abandono, prática de infração penal;
- desvio de conduta, falta de assistência ou representação legal; entre outros.

Vale lembrar que a lei de menores era instrumento de controle social da infância e do adolescente, vítimas de omissões da família, da sociedade e do Estado em seus direitos básicos, ou seja, estavam sendo tratados como objeto.

O Código de Menores não se dirigia à prevenção; cuidava do conflito instalado. Por sua vez, o juiz de menores atuava diretamente na prevenção de segundo grau, por meio da política de costumes, proibição de frequência em determinados lugares, casas de jogos, etc.

Paulo Lúcio Nogueira(2012) esclarece o art. 2º – Classifica a situação irregular como uma situações de perigo que poderão levar o menor a uma marginalização mais ampla, pois o abandono material ou moral é um passo para a criminalidade”. Contudo, não se pode deixar de reconhecer que, em alguns casos, a situação do menor é decorrente da própria situação familiar, seja pelo estado de pauperismo (abandono material), seja em virtude de riqueza (desvio de conduta). Por mais de dez anos em vigor, o Código de Menores procurou atender à situação da época da forma mais condizente possível com a Lei Maior.

As mudanças no cenário político nacional ocorridas em fins da década de 1970 imprimiriam novos contornos ao espaço político-organizacional. A vitória do partido de oposição ao regime militar, Movimento Democrático Brasileiro (MDB), nas eleições legislativas de 1974, e o início do processo de abertura política, promovido pelo presidente Ernesto Geisel (1974-1979) e continuado por seu sucessor, João Batista Figueiredo (1979-1985), resultaram na restauração dos direitos democráticos, e novos debates às políticas sociais, a sociedade civil tendo direito a voz, com isso adentramos num movimento de conquista como demonstramos no quadro abaixo:

TABELA 02
CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO ATENDIMENTO À INFÂNCIA E À
ADOLESCÊNCIA NO BRASIL (1985-2006)

Período	Principais Normatizações e Legislações	Principais características
Redemocratização e Estatuto da Criança e do Adolescente (1985 a 2006)	<ul style="list-style-type: none"> - Constituição da República Federativa do Brasil (1988) - Adoção da Convenção Internacional dos Direitos das Crianças (Decretos Legislativos n. 28 de 1990) - Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8069 de 1990) - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Lei n. 8242 de 1991) - Lei Orgânica da Saúde - Lei Orgânica da Assistência Social (Lei n. 8742 de 1993) - Criação do Ministério da Previdência e Assistência Social (Medida Provisória n. 813 de 1995) - Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 9.394 de 1996) - Programa de erradicação do trabalho infantil (Portaria n. 458 de 2001) - Criação do Programa Bolsa-Família (Lei n. 10.683 de 2003) - Substituição do Ministério da Previdência e Assistência Social pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome(Lei n. 10869 de 2004 - Política Nacional de Assistência Social (Resolução CNAS n. 145 de 2004) - Norma Operacional Básica do Sistema único de Assistência Social(Resolução CNAS, n. 130 de 2005) - Lei Orgânica de Segurança Alimentar (Lei n. 11.246 de 2006) - Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (Resolução n. 2006/CONANDA) 	<ul style="list-style-type: none"> - Novo padrão político jurídico e social -Descentralização municipalização, controle e participação social Consolidação de um sistema de proteção social (saúde, previdência, educação, assistência e desenvolvimento social, trabalho) - Reestruturação do aparato de controle e policiamento

Fonte: PEREZ, PASSONE, 2010, p.666

Em 80 exige uma nova postura profissional, fazendo-se uma reforma no atendimento a criança e adolescente no Brasil, havendo uma revisão no processo de atendimento à criança e ao adolescente no Brasil. Algumas leis complementares foram regulamentadas à partir da proposta constitucional de 1988, como a Lei n. 8.069 de 1990 – o Estatuto da Criança e do Adolescente – a Lei n. 8742 de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – resultantes de uma ampla mobilização dos segmentos da sociedade representantes de diversas categorias.

A profissão, passa a ocupar espaços profissionais para além das instituições históricas que absorveram sua atuação junto ao grupo de adolescentes aqui ressaltados, como as contemporâneas Varas da Infância e Juventude (antigos Juizados de Menores) e aquelas destinadas ao cumprimento de medidas privativas e restritivas de liberdade. Demandados pelos preceitos legais à defesa e à garantia de direitos de crianças e adolescentes, os assistentes sociais são inseridos nos Conselhos Tutelares, nos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, bem como nas políticas sociais setoriais, a exemplo da política de educação, assistência social e saúde, e de modo especial na saúde mental e no atendimento voltado ao uso, abuso e dependência ao álcool e outras drogas.

Neste contexto de mudança os movimentos sociais mobilizaram, na Assembleia Constituinte, a criação da Comissão Nacional Criança Constituinte, em 1987, e conseqüentemente, a formação da frente parlamentar suprapartidária pelos Direitos da Criança. A Constituição de 1988, redefiniu os art. 227, 228 e 229, a posição e a representação da criança na sociedade.

O Estatuto da Criança e adolescente, promulgado em 13 de julho de 1990, substitui a repressiva doutrina do Código de Menores de 1979.

Toda criança e todo adolescente têm direito à proteção integral, considerando-os como sujeito de direitos individuais e coletivos, cuja responsabilidade é de sua família, da sociedade e do Estado (ECA, 1993, p.7)

O país banuiu a categoria “menor” do arcabouço conceitual e jurídico, introduzindo a moderna noção de adolescência e incorporando os preceitos da Convenção internacional dos Direitos da criança, de 1989.

O ECA colocou em xeque a histórica dicotomia de pressupostos retributivos e tutelares em torno dos quais, longamente, organizaram-se as disputas teóricas e políticas sobre socioeducação. As transformações introduzidas pelo Estatuto são sintetizadas por uma ideia de justiça convergente com um modelo de justiça e garantias para adolescentes em conflito com a lei (AGUINSKY; CAPITÃO, 2008, p. 259, apud, SERPINF, 2011, p.3).

O atendimento junto às políticas sociais setoriais, tais como saúde, educação e assistência social, e nesta, o atendimento voltado ao cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto, executado pela esfera municipal, se inscrevem em condições precárias, ao passo que verificamos investimentos consideráveis na construção de instituições destinadas ao enclausuramento de adolescentes pobres. O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), instituído pela lei 12.594 de 2012, apesar de conferir unidade na proposição de um sistema integrado, ainda se expressa como um potencial.

Entre o atendimento realizado nas unidades de privação e restrição de liberdade e a possível continuidade deste nas medidas em meio aberto, executadas pelos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), há um hiato que necessita ser superado em prol da qualidade do atendimento prestado ao adolescente. É na tensão entre a perspectiva protetiva e o apelo pela punição que os profissionais desta área atuam cotidianamente. Em se tratando dos assistentes sociais, estes permanecem com a difícil tarefa de promoção, defesa e garantia de direitos de adolescentes, que, sentenciados como autores de atos infracionais, passam a ser alvo de investidas pautadas na criminalização e violação de direitos, justificadas diante do ato infracional cometido(CELESTINO, 2016,0.13).

Comumentemente a Assistência Social é reconhecida como política pública de direitos constitui-se num instrumental de cidadania que se contrapõe ao viés clientelista. Nesta perspectiva, a política de assistência social deve afiançar a cobertura dos mínimos sociais que permitam garantir a todos os brasileiros: acolhida e abrigo; condições de convívio; condições básicas de rendimento. Como dispõe o próximo capítulo.

CAPÍTULO III

3.1 POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) definiu a assistência social como política pública, no dia 15 de outubro de 2004, Resolução nº145, de 15 de outubro de 2004 (DOU 28/10/2004) pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, considerando a apresentação de proposta da Política Nacional de Assistência Social - PNAS pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.

Uma nova proposta de intervenção na área de assistência mostra-se de grande importância, uma vez que a mesma se propõe a consolidar o modelo proposto pela Constituição de 1988 rompendo com ações focalizadas, fragmentadas que marcaram esta política dentro de uma perspectiva histórica. E para que, de fato, a assistência tivesse este papel de política pública com primazia do Estado, era necessário mudar a concepção de como todos viam a área de assistência.

Sendo reafirmado através da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (do artigo 18, incisos I, II, IV da Lei 8.742 de 7 de dezembro de 1993), é importante destacar que são reconhecidos alguns avanços na PNAS.

LOAS cria uma nova matriz para a política de assistência social, inserindo-a no sistema do bem-estar social brasileiro concebido como campo do Seguridade Social, configurando o triângulo juntamente com a saúde e, a previdência social (LOAS, 1993, p.20).

Destacamos o art. 4º da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) criada em 1993, que dão os princípios e diretrizes ao atendimento aos usuários da política:

- I – supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II – universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III- respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade.
- IV- divulgação de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais.
- V divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão (LOAS, 1993, p.53).

A Lei Orgânica da Assistência Social é reconhecida como ação afirmativa, a exemplo do Benefício Assistencial ao Idoso e à Pessoa com Deficiência, vem sendo utilizada como ferramenta de trabalho pelos profissionais de Serviço Social, como forma do usuário acessar seus direitos e para os que não possuem capacidade de

prover sua subsistência, seguidos pelos benefícios eventuais, Auxílio Maternidade que também atende a critérios pré-estabelecidos, o usuário recebe o correspondente até 25% do salário mínimo para cada criança de até 6 (seis) meses de idade, outros auxílios como auxílio funeral...

Dentre outros pontos que estão normatizados na Lei n. 8.742/93 (LOAS), o ponto chave para ampliar os serviços e cumprir a prestação de serviços com qualidade, está no Art. 5º é a descentralização político-administrativa, a participação da população, por meio do colegiado – (conselhos gestores de política pública), numa dimensão ampliada de resgate aos movimentos sociais, para fazerem parte desta gestão, os usuários, o órgão gestor e a sociedade civil poderão avançar mais, em direção a universalização de direitos, prevenção e garantias da manutenção dos direitos conquistados.

A Lei Orgânica da Assistência Social, tem como proposição dar prioridade às necessidades sociais, a universalização dos direitos sociais, mas denota-se a questão da seletividade, em vista de exigências de rentabilidade econômica, face aos critérios de seletividade, portanto, há de se questionar, sobre a margem que se dá ao respeito, vedação a qualquer comprovação vexatória de necessidade.

Esclarece-se que os recursos que provém do Estado são limitados e pré-definidos, porém por se tratar de serviços essenciais (educação, saúde, habitação...), demandando atender ao princípio da universalização e primar pela autonomia do cidadão, há de se revisar e ampliar o acesso às políticas públicas para a população que dela necessitar.

O Sistema Único da Assistência Social – SUAS, é o principal requisito da Lei Orgânica da Assistência Social, que da efetividade a assistência social como política pública, configura-se como política de proteção social, afim de garantir a todos, que dela necessitam, minimizando a situação de vulnerabilidade social.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) criou os serviços de proteção: Proteção Social Básica, Proteção Social Especial (Média e Alta Complexidade), sendo que na Básica tem por objetivo prevenir situações de risco, às famílias que vive em situação de vulnerabilidade social.

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

– O papel deste órgão é de dar atenção especializada e qualificação do atendimento; território e localização; acesso a direitos socioassistenciais; centralidade na família; mobilização e participação social; e trabalho em rede – devem nortear, ainda, a concepção compartilhada pela equipe na atuação profissional para o desenvolvimento do trabalho social. Atende Serviços de Proteção Social – Especial e média complexidade.

Serviços da Proteção Social – Especial/Média Complexidade

É um Serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social. (TNSS, 2014, p 31)

A Proteção Social Especial de Alta Complexidade, por sua vez, tem como o objetivo ofertar serviços especializados, em diferentes modalidades e equipamentos, com vistas a afiançar segurança de acolhida a indivíduos e/ou famílias afastados temporariamente do núcleo familiar e/ou comunitários de origem. Para a sua oferta, deve-se assegurar proteção integral aos sujeitos atendidos, garantindo atendimento personalizado e em pequenos grupos, com respeito às diversidades (ciclos de vida, arranjos familiares, raça/ etnia, religião, gênero e orientação sexual). Tais serviços devem primar pela preservação, fortalecimento ou resgate da convivência familiar e comunitária - ou construção de novas referências, quando for o caso - adotando, para tanto, metodologias de atendimento e acompanhamento condizente com esta finalidade.

Na média e alta A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.

São serviços que requerem acompanhamento individual e maior flexibilidade nas soluções protetivas. Da mesma forma, comportam encaminhamentos

monitorados, apoios e processos que assegurem qualidade na atenção protetiva e efetividade na reinserção almejada.

Os serviços de proteção especial têm estreita interface com o sistema de garantia de direito exigindo, muitas vezes, uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, Ministério Público e outros órgãos e ações do Executivo.(MDS, 2003, p.28)

Tem como objetivo, contribuir para o fortalecimento do vínculo familiar, providenciar o acesso das famílias no sistema de proteção social e nos serviços públicos, contribuir para restaurar e preservar a integridade e as condições de autonomia dos usuários.

O Estado intervindo na sociedade, como forma de proteção e acesso a serviços, e reafirmando o que protagoniza o LOAS, sobre a universalidade, sem discriminação ou restrições.

Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)

Segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, o Programa Medida Socioeducativa em meio aberto (Prestação de Serviços à Comunidade), é serviço prestado pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

O serviço tem por finalidade prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Deve contribuir para o acesso a direitos e para a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens.

Para a oferta do serviço faz-se necessário a observância da responsabilização face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados de acordo com as legislações e normativas específicas para o cumprimento da medida. Na sua operacionalização é necessário a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) com a participação do adolescente e da família, devendo conter os objetivos e metas a serem alcançados durante o cumprimento da medida, perspectivas de vida futura, dentre outros aspectos a serem acrescidos, de acordo com as necessidades e interesses do adolescente.

O acompanhamento social ao adolescente deve ser realizado de forma sistemática, com frequência mínima semanal que garanta o acompanhamento contínuo e possibilite o desenvolvimento do PIA. No acompanhamento da medida de

Prestação de Serviços à Comunidade o serviço deverá identificar no município os locais para a prestação de serviços, a exemplo de: entidades sociais, programas comunitários, hospitais, escolas e outros serviços governamentais.

A prestação dos serviços deverá se configurar em tarefas gratuitas e de interesse geral, com jornada máxima de oito horas semanais, sem prejuízo da escola ou do trabalho, no caso de adolescentes maiores de 16 anos ou na condição de aprendiz a partir dos 14 anos. A inserção do adolescente em qualquer dessas alternativas deve ser compatível com suas aptidões e favorecedora de seu desenvolvimento pessoal e social.

USUÁRIOS: Adolescentes de 12 a 18 anos incompletos, ou jovens de 18 a 21 anos, em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade, aplicada pela Justiça da Infância e da Juventude ou, na ausência desta, pela Vara Civil correspondente e suas famílias.

Objetiva:

- Realizar acompanhamento social a adolescentes durante o cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade e sua inserção em outros serviços e programas socioassistenciais e de políticas públicas setoriais;
- Criar condições para a construção/reconstrução de projetos de vida que visem à ruptura com a prática de ato infracional;
- Estabelecer contratos com o adolescente a partir das possibilidades e limites do trabalho a ser desenvolvido e normas que regulem o período de cumprimento da medida socioeducativa;
- Contribuir para o estabelecimento da autoconfiança e a capacidade de reflexão sobre as possibilidades de construção de autonomias;
- Possibilitar acessos e oportunidades para a ampliação do universo informacional e cultural e o desenvolvimento de habilidades e competências;
- Fortalecer a convivência familiar e comunitária.(TNSS, 2014, p.34).

Perfil das crianças e adolescentes que cometem ato infracional, conforme dados informados pelo instituto de pesquisa econômica aplicada (ipea), que informa “idade, sexo, raça”:

**Características Sociodemográficas dos jovens Adolescentes
12 a 17 anos em 2013 (%) no Brasil.**

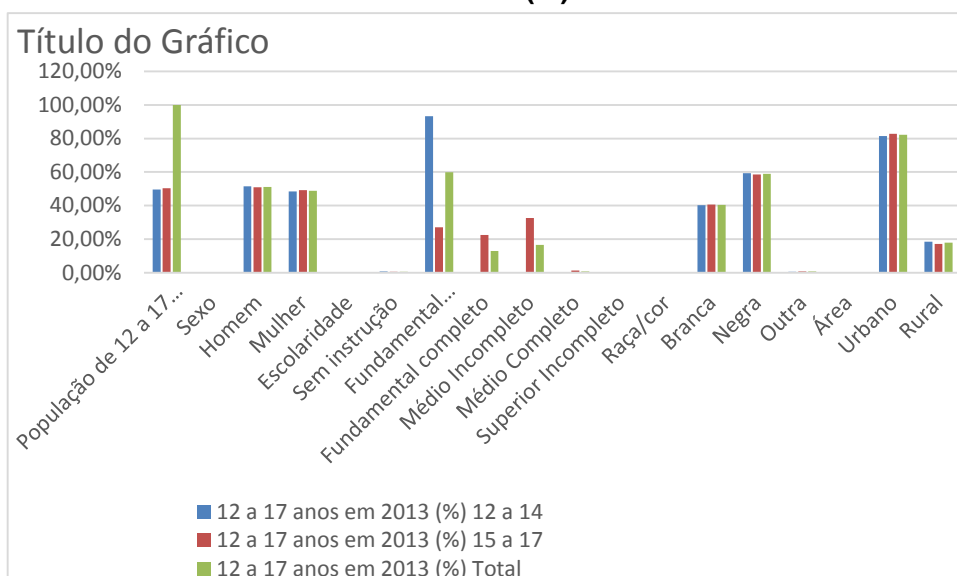


TABELA III

**Características sociodemográficas dos jovens
adolescentes**

12 a 17 anos em 2013 (%)			
Características	12 a 14	15 a 17	Total
População de 12 a 17 anos	49,63%	50,37%	100%
Sexo			
Homem	51,54%	50,85%	51,19%
Mulher	48,46%	49,15%	48,81%
Escolaridade			
Sem instrução	0,64%	0,52%	0,58%
Fundamental Incompleto	93,30%	27,00%	59,90%
Fundamental completo	3,47%	22,55%	12,97%
Médio Incompleto	0,41%	32,58%	16,61%
Médio Completo	0,00%	1,32%	0,67%
Superior Incompleto	0,00%	0,10%	0,05%
Raça/cor			
Branca	40,22%	40,69%	40,45%
Negra	59,22%	58,62%	58,92%
Outra	0,56%	0,70%	0,63%
Área			
Urbano	81,45%	82,85%	82,16%
Rural	18,55%	17,15%	17,84%

Fonte: PNAD/IBGE Elaboração: IPEA

Os adolescentes brasileiros de 12 a 18 anos incompletos totalizavam em 2013, 21,1 milhões, o que correspondia a 11% da população brasileira e encontravam-se distribuídos em todas as regiões do país. A região Sudeste concentrava a maior proporção dos adolescentes, 38,7%, seguida pela região Nordeste, com 30,4%.

Posteriormente seguem as regiões Sul, com 13,3%; a Norte (10,2%) e a Centro-Oeste (7,4%).

Conforme se observa pelas informações contidas na Tabela 3, entre os adolescentes dessa faixa etária predomina certa igualdade na proporção por sexo, que em 2013 era de 51,19% de homens e 48,81% de mulheres. No quesito raça/cor, 58,9% dos adolescentes de 12 a 17 anos, se autodeclararam negros (pretos e pardos); 40,4% se autodeclararam brancos e menos de 1% se declarou de outras raças – amarela ou indígena. Mais de 80% da população de 12 a 17 anos viviam em domicílios situados em áreas urbanas, na proporção de quase cinco adolescentes para apenas um vivendo em residências situadas em áreas rurais.

As informações sobre a escolaridade dos jovens adolescentes brasileiros mostram que há uma grande defasagem entre a idade e o grau de escolaridade atingido, principalmente entre aqueles entre 15 e 17 anos, que deveriam estar cursando o ensino médio ou já tê-lo concluído. Em 2013, cerca de um terço dos adolescentes de 15 a 17 anos ainda não havia terminado o ensino fundamental e menos de 2% (1,32%) haviam concluído o ensino médio. Na faixa etária de 12 a 14 anos, que corresponde aos últimos anos do ensino fundamental, os dados mostraram que a imensa maioria (93,3%) tinha o fundamental incompleto e apenas 3,47% haviam completado esse nível de ensino.

3.2 SINASE – SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

Sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNPDCA), tal tarefa é executada pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), por qual é organizada a execução das medidas socioeducativas aplicadas a adolescentes aos quais é atribuída a prática de ato infracional.

Instituído pela Lei Federal 12.594/2012 em 18 de Janeiro de 2012, o Sinase é também regido pelos artigos referentes à socioeducação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal 8.069/1990), pela Resolução 119/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e pelo Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo (Resolução 160/2013 do Conanda)

O SINASE (SEDH/CONANDA, 2006), como um guia na implementação das MSE, propõe que haja uma equipe técnica façam um bom trabalho para que assim possa garantir a efetividade das medidas socioeducativas.

Um dos profissionais que compõe as equipes do CREAS é o psicólogo que pode contar além do SINASE, com as referências técnicas para atuação de psicólogos no âmbito das medidas socioeducativas em unidade de internação (CREPOP, CFP, 2010), o qual tem caráter informativo de como esse profissional deve agir diante das vicissitudes do trabalho e como deve se portar.

Dessa forma, o profissional psicólogo ou não pode ter uma referencia positiva e não perder a sua capacidade critica diante da rotina de seu trabalho. O trabalho do técnico tem apresentado uma crescente evolução, porém ainda é marcado por certo desconhecimento por parte dos profissionais que atuam nessa área, havendo falta de preparo para desempenhar tal função de forma que garanta o caráter socieducativo. Então para dar conta das demandas advindas do trabalho buscam uma formação complementar (ROVINSKI, 2009, apud, GUIDINI, 2012, p.20).

Segundo o SINASE(2006), os programas que executam as medidas socioeducativas deverão proporcionar capacitação continuada sobre o tema criança e adolescente. Atualmente os conselheiros tutelares, que são escolhidos pela sociedade civil e independente de sua formação profissional, passam pelos cursos de formação, antes de assumir a função.

Sendo necessário que além da formação haja uma mudança de conduta do profissional, “uma vez que há essa mudança na atuação do profissional pode-se pensar que a partir de uma boa capacitação ele poderá promover a ação

socioeducativa em todos seus aspectos” (SEQUEIRA, 2009, apud, GUIDINI, 2012, p.21).

A marginalização dos jovens é antiga, o envio deles ao sistema penal sem nenhum tipo de mediação é uma mostra. Esta prática era adotada durante a vigência do Código de Menores de 1927 e, pela herança histórica, a sociedade considera este tipo de tratamento aceitável. Não se pode negar que há dificuldade em garantir o socioeducativo dentro de uma medida que ainda carrega viés histórico da punição, mas o profissional deve ser crítico não apenas com as dificuldades da instituição, da rede e da ausência de políticas públicas, mas também com seu trabalho dentro da MSE (SEQUEIRA, 2009, apud, GUIDINI, 2012, p.21).

O Assistente Social, segundo o SINASE (2006) esse deve realizar atendimentos que buscam orientar o adolescente em seus projetos de vida, envolvendo em atividades que vise a profissionalização e escolarização. Sendo assim, o técnico deve ter uma postura crítica e promover a efetivação da ação socioeducativa, pois assim poderá garantir o direito do adolescente e também fazê-los refletir e a transformar-se.

3.3 O CREAS E A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM PONTAL DO PARANÁ

O CREAS de Pontal do Paraná, atende à Rua Didio Costa, Praia de Leste, S/N, durante a semana de segunda a sexta-feira, em horário comercial, está em local provisório aguardando a construção de uma estrutura que atenda às especificações definidas para municípios de Pequeno Porte II, com população de 20.001 a 50.000 habitantes conforme dispõe a Portaria nº 843 de 28/12/2010 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome¹⁸.

Segundo o NOB-SUAS/RH - o CREAS de porte II, como é o caso de Pontal do Paraná, deveria ser composta de: 01(um) coordenador, 02 (dois) assistentes sociais, 02(dois) psicólogos, 1(um) advogado, 04 (quatro) profissionais de nível superior ou médio e 02(dois) auxiliares administrativo, entretanto, a composição do Centro de Referência Especializado de Assistência Social em Pontal do Paraná tem 01 (um) coordenador, 02 (dois) assistentes sociais, 01(um) psicólogo, 01 (um) educador social e 01 (um) auxiliar administrativo.¹⁹, para atender este programas e outros que compete ao CREAS, no que refere ao medida socioeducativa:

¹⁸Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=227569>.

Acessado no dia 17/03/2017 às 9:00

¹⁹Disponível em: <http://www.assistenciasocial.al.gov.br/sala-de-imprensa/arquivos/NOB-RH.pdf>.

De acordo com o disposto na Tipificação nacional de Serviços Socioassistenciais, este serviço tem por finalidade prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Para a oferta do serviço faz-se necessária a observância da responsabilização face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados de acordo com as legislações e normativas específicas para o cumprimento da medida. Este serviço deve contribuir para o acesso aos direitos e para a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos (as) adolescentes e jovens.

Na sua operacionalização é necessária a elaboração do Plano individual de Atendimento (PIA) com a participação do (a) adolescente e da família, devendo conter os objetivos e metas a serem alcançados durante o cumprimento da medida, perspectivas de vida futura, dentre outros aspectos a serem acrescidos, de acordo com as necessidades e interesses do (a) adolescente (BRASIL, 2003, p.28).

De acordo com (GOMES, 2016) coordenadora do CREAS, em média, apenas 50% (cinquenta por cento) dos adolescentes que participam do programa de medida socioeducativa finalizam as atividades, na sua avaliação um dos fatores seria a falta de participação de alguns pais no programa de serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos – PAEFI.

São várias situações que conduzem o adolescente a esta condição, de conduta infratora dentre eles(uso de substâncias psicoativas) e para intervir nesta realidade, um dos instrumentos utilizados é a articulação com a rede assistencial, o município conta com: 02 (dois) Centro de Referência Básica da Assistência Social e 01(uma) unidade de acolhimento institucional com capacidade para atender até 10 (dez) crianças e adolescentes de 0 a 17 anos de idade.

Conforme o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo – SIMASE de Pontal do Paraná (2015-2024), 153 famílias estavam sendo referenciadas no CREAS, porém haviadentre estes demanda reprimida²⁰ devido a falta de recursos humanos por exemplo (as ocupações), os usuários que procuram o CREAS passam por situação de negligência, violência física, sexual, psicológica, incluindo crianças, adolescentes, mulheres, homens, pessoas com deficiência e idosos, que além do acompanhamento às famílias dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa, em meio aberto na modalidade de prestação de serviços à comunidade – PSC.²¹

Acessado no dia 17/03/2017 às 9:05

²⁰Demanda Reprimida - (usuários que não tem acesso aos serviços)

²¹Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS - Brasília, 2011 -Gráfica e Editora Brasil LTDA Secretaria Nacional de Assistência Social Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS

O CREAS, também executa o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), que intervém como apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social. A forma de atendimento do CREAS segue as orientações do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) se procede através da:

1) acolhida - o acolhimento é realizado por um educador social ou por um auxiliar administrativo, que preenche uma ficha com os dados pessoais e em seguida encaminhado para um assistente social ou outro técnico da equipe interdisciplinar;

2) acompanhamento e articulação em rede – Durante o atendimento individualizado e identificado sua demanda, o usuário passa a ser acompanhado pelo CREAS ou encaminhados para atendimentos pela rede sócio assistencial e demais políticas públicas, as mais acessadas são a Secretaria de Saúde ou o Centro de atenção Psicossocial – CAPS que são serviços da Rede de Atenção Psicossocial – RAPS abertos destinados a prestar atenção diária a pessoas com transtornos mentais.

3) registro de informações individual – o assistente social define junto com o usuário um plano de acompanhamento, a periodicidade do atendimento e duração do acompanhamento especializado ocorre de acordo com a avaliação da equipe interdisciplinar do CREAS, levando em consideração a demanda e acordo firmado com o usuário (BRASIL, 2011, p.97-100).²²

No que concerne ao atendimento de medidas socioeducativas aplicadas pelo Conselho Tutelar (órgão fiscalizador) e Poder Judiciário, conforme artigo 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente, este equipamento executa as seguintes medidas protetivas:

- Inciso I – encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- Inciso II – Orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- Inciso III - Matrícula e frequência obrigatória em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- Inciso IV – Inclusão em Programa comunitário ou oficial de auxílio a família, a criança e ao adolescente.

Inciso III – Prestação de serviços à comunidade.(Estatuto da Criança e do Adolescente(BRASIL, ECA, 2013, p. 37).

No que condiz ao trabalho de rede socioassistencial, é articulado com o Centro de Referência de Assistência, de acordo com o território. O usuário referente de Balneário de Praia de leste ao Balneário de Canoas, serão atendidos no CRAS de Canoas, do Balneário Santa Terezinha a Pontal do Sul, será atendido pelo CRAS de Ipanema. Os adolescentes que cumprem Medida Socioeducativa , são encaminhados para locais públicos (Biblioteca Municipal, Agência do Trabalhador, Vigilância Sanitária, etc.)

E quanto a Rede intersetorial, levantamos que ainda não se aplica efetivamente, importando em problemas cotidianos (substituição de funcionários representantes da politica social nos conselhos) ingerindo em refazer de período em novas articulações, apesar de já existir o protocolo da rede municipal de proteção da criança e do adolescente, falta colocar em prática os trâmites para a continuidade deste processo que virá trazer maior acesso aos usuários e eficácia da politica pública no município de Pontal do Parana.

Estaremos, no próximo capitulo, precedendo a pesquisa de campo junto aos órgãos responsáveis por receberem os adolescentes, profissionais e usuários para compreendermos melhor quais pontos que podem ser aperfeiçoados em relação a ações do CREAS em Pontal do Paraná.

CAPÍTULO IV

4.1 PESQUISA DE CAMPO

4.2 METODOLOGIA

Na pesquisa sobre o Programa Medida Socioeducativa, no CREAS de Pontal Paraná, optou-se por utilizar o método qualitativo, justifica-se por ter como objetivo entender um determinado fenômeno, a partir de um processo indutivo no qual, considerando a observação dos dados e sua interpretação em meio ao contexto em que estão inseridos para a extração de um significado para eles.

Optamos pela entrevista semi-estruturada, com roteiro pré-estabelecido, de acordo com Manzini:

Para Manzini, a entrevista semi-estruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas. Um ponto semelhante, para ambos os autores, se refere à necessidade de perguntas básicas e principais para atingir o objetivo da pesquisa. Dessa forma, Manzini (2003) salienta que é possível um planejamento da coleta de informações por meio da elaboração de um roteiro com perguntas que atinjam os objetivos pretendidos. O roteiro serviria, então, além de coletar as informações básicas, como um meio para o pesquisador se organizar para o processo de interação com o informante (MANZINI, 2003, p.3).

Para fazer-se uma análise sobre o objeto de pesquisa apresentado, definiu-se da seguinte forma:

4.3 CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Infraestrutura Física/ Identificação e Recursos Humanos do CREAS

Identificação: O Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS de Pontal do Paraná, atende à Rua Didio Costa, Praia de Leste, S/N.

Infraestrutura do CREAS de Pontal do Paraná

Infraestrutura Física: 01 (uma) recepção, 01(uma) sala para coordenação; 02(duas) sala de atendimento; 01(uma) cozinha; 01(um) banheiro.

Recursos Humanos: 01 (um) coordenador, 02 (dois) assistentes sociais, 01(um) psicólogo, 01 (um) educador social e 01 (um) auxiliar administrativo.

4.4 UNIVERSO (AMOSTRA) DA PESQUISA

Os entrevistados são funcionários públicos concursados, todos com formação de nível superior, possuem idade entre 22 a 50 anos, e os usuários de 15 anos a 17 de idade, ambos estudantes (2º grau).

- 01(um) Profissional do CREAS – sexo feminino
- 03(três) profissionais de instituições publicas – 02(dois) masculino e 01(uma) feminina.
- 02(dois) usuários da politica social – 01(um) feminino e 01(um) masculino

4.5 INSTRUMENTO UTILIZADO NA COLETA DE DADOS

Os instrumentos de coleta de dados foram a observação, o questionário, e a entrevista.

Para Gil (2008) a unidade de análise é “definida pelo pesquisador a partir dos objetivos da pesquisa.

Assim, elaboramos um questionário com perguntas abertas previamente formuladas, realizamos os primeiros contatos, com o Centro de Referencia Especializado de Assistencia Social, Biblioteca Pública, Agencia do Trabalhador e Vigilância Sanitária e usuários da politica social.

Conforme Lima(2004,p.90), a entrevista pode ser definida como um encontro entre duas ou mais pessoas a fim de que uma ou mais delas obtenha dados informações, opiniões, impressões, interpretações, posicionamentos, depoimentos, avaliações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza acadêmica e ou profissional.

No inicio, houve um pouco de dificuldade de agendar um horário, conseguimos acordar . E ficando o responsável pelo programa de MSE de agendar as visitas. Posteriormente, realizou-se as entrevistas com os profissionais parcialmente presencial e pela internet (email), conforme condições de tempo dos profissionais.

Realizou-se visitas domiciliares, aos usuários que cumpriram integralmente o programa de Medida Socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade.

Não havendo as visitas aos usuários que não cumpriram o programa MSE, devido a dificuldades de contato, segundo o técnico do CREAS.

4.6 APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Trabalho de Campo

A(s) data(s), o(s) horário(s) e o local para a entrevista foi combinado com os entrevistados de acordo com suas disponibilidades. Desde que houvesse prévia concordância dos técnicos, as entrevistas poderiam ser gravadas para otimizar a coleta de dados, garantindo a fidelidade das informações coletadas e evitando repetições desnecessárias de respostas. Não havendo autorização para gravação, as respostas foram registradas na hora por meio de anotações. Os entrevistados puderam encerrar a colaboração antes ou durante a realização da entrevista, sem quaisquer prejuízos. Em todos os casos, ficou preservado o anonimato e o sigilo das informações, conforme termo de consentimento livre e esclarecido.

As perguntas formuladas foram com intenção de analisarmos o trabalho desenvolvido pelo CREAS, em relação aos adolescentes que cumprem Medida Socioeducativa.

ANALISE DE DADOS

Vamos identificar os entrevistados de acordo com o termo de consentimento, primando pelo seu anonimato, por categoria de análise:

CATEGORIA DE ANÁLISE 1: CUMPRIMENTO NA INTEGRALIDADE DAS MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS POR PARTE DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

Usuário (sexo feminino) 15 anos—“Sim. acho que outros deveriam fazer o programa de medida socioeducativa, para melhorar.

Usuário (sexo masculino) 17 anos-Sim. não só com apoio de minha mãe, mas como o meu próprio apoio também, eu comecei, desenvolvi e conclui uma nova ideologia de vida para mim.

Ao analisarmos as respostas dos usuários, vemos que compreendem a MSE como caráter socioeducativo, cabe ao técnico intervir nesta situação, promover o convívio familiar e que todos participem deste processo, objetivando garantir os direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes, dentre estes (convivência familiar), conforme dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente:

Art 4º - É dever da família, comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao fazer

à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (Lei nº 8069, 1990, p.7)

A recusa dos pais em participar do “processo de prepara-lo para a vida em sociedade ”, demandará, no entanto, um planejamento específico de ações, de modo que sejam apuradas as causas de tal conduta (geralmente ligadas ao “histórico” de experiências negativas que tiveram com ele) e definida uma “estratégia” de abordagem (individualizada) que permita sua superação, através da demonstração, de um lado, que sua participação é um dever legal e, de outro, que ela é fundamental para o êxito das intervenções socioeducativas que estão sendo realizadas, justamente, para evitar que os problemas envolvendo o adolescente se repitam. (SINASE, 2012, p.9)

De acordo com Meneses (2008) “o adolescente que comete o ato infracional além de ser merecedor de uma sanção, é também portador do direito de ser educado. Educar não é somente passar conhecimento para o jovem, mas também contribuir para que ele se aproprie da posição de cidadão”, ou seja com todos os direitos inerentes a pessoa humana, de viver com dignidade, com liberdade e acesso a todas políticas publicas.

CATEGORIA DE ANÁLISE 2: PERCEPÇÃO DOS ÓRGÃOS RECEPTORES SOBRE O PROGRAMA.

Profissional da Agência do Trabalhador:

Meu trabalho é no setor administrativo, e quanto aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa, acompanhei alguns que estiveram em nosso espaço profissional, sempre procuramos atendê-los da melhor forma possível, porém, quando contactados pelos órgãos da assistência social, quanto a possibilidade do adolescente vir cumprir medida socioeducativa, aceitamos sob algumas condições: que sejam adolescentes que tenham cometido infrações menores, devido ao processo de trabalho que desenvolvem(carteira de trabalho, identidade, encaminhamento para empresas, cursos de capacitação...) pois os jovens que ali “estagiarem” vão ter acesso a dados sigilosos, acesso a documentos, acho importante organizar cursos de capacitação para o programa (representantes dos órgãos receptores, profissionais do CREAS. e usuários).

Percebemos no decorrer do processo que alguns não compreendem ou não se preocupam em usufruir este tempo de cumprimento da medida socioeducativa, como momento de reflexão, infelizmente, muitos nos relatam esporadicamente, que

não se preocupam com a punição, que para eles é um momento de lazer, que se houver outra infração, sabem que passaram pelo mesmo processo e não se sentem punidos, ou seja de alguma forma passando por alguma privação.

Em contrapartida, houve uma situação em 2016 que uma adolescente, que cumpria medida socioeducativa, por motivo de disciplina, a cumpriu o período da medida socioeducativa, com uma regularidade que não ocorre normalmente, disciplina impecável, que oportunamente, lhe dávamos mais obrigações, afim de incrementar o aprendizado, de tal maneira que passou a ser reconhecida como uma estagiaria, por nossos companheiros (empresários) que assim que concluiu o período programado pelo CREAS, ela em seguida, foi colocada no mercado de trabalho, e posteriormente, surgiram outras oportunidades, que lhe surgiram devido ao seu bom desempenho na empresa, obtivemos esta informação pela mesma, que por ser uma cidade pequena, oportunamente nos visita e agradece.

Quanto aos outros menores, não sei o paradeiro, como estão, pois são poucos que cumprem a medida em tempo integral no mesmo estabelecimento, ou seja, fragmentam, assim não temos um feedback, para sabermos se estamos agindo de acordo para o crescimento pessoal deste sujeito.

Acho que deveria criar uma comissão, a partir dos conselhos da assistência social e da criança e adolescente, como forma de acompanhamento, interlocução junto aos órgãos, onde os mesmos cumprem medida socioeducativa, procurar trocar com os adolescentes, para desenvolver atividades efetivas para desenvolver o intelecto, criando cursos de capacitação, de acordo com sua aptidãoE aproveito para parabenizar a UFPR, por este trabalho, que é importante para todos.

Profissional da Vigilância Sanitária“A Vigilância à Saúde, através do PAEE – Programa de Atenção aos Estabelecimentos de Ensino, oportuniza o desenvolvimento de atividades do Programa de medidas Socioeducativas. O PAEE insere o adolescente oriundos das medidas socioeducativas nas atividades de prevenção e promoção à saúde, sob orientação e acompanhamento da equipe técnica do CREAS.

No PAEE o adolescente é levado a propor um plano de atuação, produzindo um reconhecimento do seu território, a identificação dos problemas que afligem sua comunidade e a proposição dos seus potenciais enfrentamentos.

Percebemos tanto nos demais departamentos quanto no âmbito das famílias (comunidades) a falta de compreensão a respeito das finalidades das medidas. Ainda

figura no ideário das pessoas e departamentos o caráter punitivo da medida. O trabalho realizado pelo adolescente pode parecer um castigo, quando deveria representar o espaço para sua expressão, quando deveria significar o acolhimento e o acompanhamento dos potenciais de socialização e de educação...de desenvolvimento. Parece ainda ser centrado nas tarefas a serem desenvolvidas quando deveria manter o foco nas potencialidades de desenvolvimento do adolescente, de fortalecimento dos laços comunitários e familiares.

As medidas socioeducativas, as medidas de proteção e também as medidas pertinentes aos pais, assim como as instâncias de participação do controle social e a rede de assistência e de garantia de direito carecem de melhoria tanto das estruturas quanto dos processos de trabalho, apesar dos incontestáveis avanços nos últimos anos na região.

Profissional da Biblioteca Municipal “Trabalho na biblioteca cidadã, como Auxiliar Administrativa, onde recebo quase que diariamente adolescentes que cumprem medida socioeducativa. Acho que todos os órgãos públicos deveria acolher mais os adolescentes, porque isso faz com que se integrem mais, e seja dada nova oportunidade. Ao meu ver existem alguns adolescentes que não entende essas medidas como punição e não dão valor à reabilitação, caindo sempre nas mesmas ou em outras infrações.

Sugiro que tenha uma formação integral para o CREAS e os órgãos que recebem os menores para maior entendimento e da importância sobre o que é “Medida Socioeducativa”.

Análise:

Identificamos que a articulação com os órgãos acolhedores são precárias, por não terem elas condições estruturais de incluir a população como um todo, alguns setores atendem com restrição. Na maioria das falas, nota-se uma dimensão de correção “reabilitação, punição”. Somente na fala de um deles isto se modifica, pois tem um diferencial, devido a formação profissional (assistente social), mas todos veem a necessidade de maior integração do CREAS junto aos órgãos acolhedores, para que possam pensar estratégias para atingir os objetivos propostos.

Esta proposição vem atender a uma das diretrizes do SINASE, colaborando para melhor desempenho no atendimento dos adolescentes do programa da medida socioeducativa. Segundo SEQUEIRA (2009), é necessária uma avaliação envolvendo todos os agentes do processo a fim de que a inclusão social dos jovens seja

progressiva. Para tanto, estabelecer parcerias com as instituições governamentais e não governamentais é essencial para contemplar o processo socioeducativo (GUIDINI, 2012, p. 25).

Pensarmos em amadurecimento das estratégias e das atividades dos órgãos acolhedores das medidas socioeducativas caminha na mesma medida que as estruturas básicas da Política de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente e da Política de Assistência Social se consolidam no âmbito dos sistemas públicos e das redes de assistência e de controle social. Estas estruturas serão indutoras da consciência dos supostos e princípios que orientam as medidas e também são responsáveis pelos processos de proposição e avaliação das políticas públicas, face a prioridade absoluta conferida à criança e ao adolescente.

Vale, refletirmos como os técnicos estão articulando com os setores que desenvolvem políticas da criança e adolescentes, ou se estão caindo no tecnicismo, funcionalismo.

Para IAMAMOTO (2008) orientar o trabalho profissional nos rumos aludidos requisita

Um profissional culto e atento às possibilidades descortinadas pelo mundo contemporâneo, capaz de formular, avaliar e recriar propostas ao nível das políticas sociais e da organização das forças da sociedade civil. Um profissional informado, crítico e propositivo, que aposte no protagonismo dos sujeitos sociais. Mas também um profissional versado no instrumental técnico-operativo, capaz de realizar as ações Profissionais, aos níveis de assessoria, planejamento, negociação, pesquisa e ação direta, estimuladoras da participação dos usuários na formulação, gestão e avaliação de programas e serviços sociais de qualidade. (IAMAMOTO, 2008, p. 144).

CATEGORIA DE ANÁLISE 3: PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO CREAS ALCANÇA OS OBJETIVOS PROPOSTOS.

Profissional do CREAS: No que tange ao cumprimento R: “Às vezes, alguns não cumprem e não aderem ao acompanhamento por vulnerabilidade sociofamiliar e por estarem muito inseridos ao crime (usuários ou traficantes), falta de um adulto de referencia, etc.

Quanto a atingir os objetivos propostos: “Às vezes, quando o adolescente cumpre mais reflete e enxerga outras perspectivas de futuro, através do MSE, sim. Leva-se em consideração também que a adolescência é uma fase de desenvolvimento onde é característico o perfil desafiador e a descoberta de novas experiências. No acompanhamento leva-se à dar conta as potencialidades do adolescente para ser um trabalho em cima delas a construção do PIA, através da

escuta qualificada e aproximação dos jovens, para definir as atividades a desenvolver. Ressalto que a família é parte ativa no cumprimento. Em referência ao ano de 2016 a equipe teve dificuldades de inserir os adolescentes nos equipamentos públicos para cumprimento devido a falta de locais (estigma com relação aos adolescentes, muitos locais não recebem por preconceito e o SIMASE (Sistema Municipal de Atendimento socioeducativo), não foi implementado).

Outra dificuldade é a locomoção dos adolescentes por cumprimento fora do balneário onde mora, dessa forma as famílias aguardam local disponível para cumprimento.

Neste ano (2017) – adolescentes em cumprimento de MSE 10 cumpriram, 06 não cumpriram, 04 estão cumprindo.

Como ponto positivo – o contato intersetorial na Rede Intersetorial funciona e a troca com os outros equipamentos e escola são efetivos.

Análise:

De acordo com o entrevistada a maior preocupação se refere ao cumprimento da medida, mas com ressalva na proposição de ações, constituindo assim desenvolver outra dinâmica no que tange às ações de acolhimento institucional na Política de Atendimento Socioeducativo e apresentá-lo a outras perspectivas de futuro através do acompanhamento psicossocial e os objetivos elencados no Plano Individual de Atendimento da Lei 1259.²³

Art. 52. O cumprimento das medidas socioeducativas, em regime de prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade ou internação, dependerá de Plano Individual de Atendimento (PIA), instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente.

Parágrafo único. O PIA deverá contemplar a participação dos pais ou responsáveis, os quais têm o dever de contribuir com o processo ressocializador do adolescente, sendo esses passíveis de responsabilização administrativa, nos termos do art. 249 da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), civil e criminal. (SINASE, 2012, p.30)

²³ A Lei nº 12.594 de 18 de janeiro de 2012, Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nos 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

O serviço social busca no cotidiano extrapolar ações vistas como tarefas e assistencialistas, em uma perspectiva emancipadora buscando instrumentalizar a construção do sujeito como homem cidadão, que busca assumir o seu projeto de vida pessoal e social. Neste sentido, ir além do que lhe é diário e buscar novas possibilidades é um desafio constante para estes profissionais (CRESS, 2017, p.3).

Percebemos que falta ações, em âmbito multidisciplinar, no que refere a acompanhamento às organizações acolhedoras.

CATEGORIA DE ANÁLISE 4: PERCEPÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES PARTICIPANTES SOBRE O ATINGIMENTO DOS OBJETIVOS PROPOSTOS.

Usuário (sexo feminino) – 15 anos - SIM, Faz com que o jovem tenha primeiramente mais respeito para com o próximo, além de até aprimorar o conhecimento e a educação do mesmo. Penso que com as medidas provisórias que cumpri pude me enxergar com um papel diferente na sociedade, passei a ser uma pessoa melhor, como outros aspectos também influenciaram para que isso acontecesse. Também, penso que tudo o que acontece na nossa vida deve acontecer, se tive de cumprir a medida apenas vi o lado bom da história, agarrei e usei o fato como uma oportunidade de crescer.

Usuário (sexo masculino) 16 anos-Sim, Esses “objetivos propostos”, seriam nada mais nada menos, do que fazer os jovens refletirem sobre seus atos cometidos, e é essa reflexão é o que os leva a tomar um rumo melhor à vida, longe das drogas, longe do crime, e perto dos parentes e colegas mais próximos.

E foram esses “objetivos propostos” que me fizeram me tornar a pessoa que sou no momento, feliz, sem graves problemas, sejam de saúde ou familiares e com uma nova ideologia de vida.

Análise:

Ambos os jovens, se sentiram bem ao cumprir a MSE, entende-se que o objetivo foi alcançado na opinião dos usuários, mas não ficando claro em que momento a medida trouxe benefícios sociais, no acolhimento, no plano individual, no comprometimento dos órgãos acolhedores em atender, apoio da família... podemos acrescentar que nota-se que estes jovens demonstraram a necessidade de atenção, para decidirem modificar seu comportamento.

Ações em conjunto com a família, visando o fortalecimento de vínculos familiares, desenvolve o sentimento de pertencimento, em prol do desenvolvimento das capacidades e potencialidades individuais. Necessidade do técnico fazer uma avaliação posterior ao cumprimento da medida, para compreender melhor a dimensão desta mudança de comportamento mas coletivamente, contando com o atendimento multidisciplinar.

Segundo o SINASE (SEDH/CONANDA, 2006), nosso país é marcado por contradições e desigualdades sociais e isso implica diretamente na vida da população infanto-juvenil. Dessa forma, a realidade desses adolescentes está marcada por uma vulnerabilidade social marcante. Além da exclusão dos direitos básicos, há a estigmatização deles pela sociedade. A noção de um projeto de vida está ligada à satisfação das necessidades imediatas, fazendo com que se insiram socialmente através de algum trabalho que esteja ligado roubo, como pedintes, dentre outras possibilidades, impedidos de viver a fase que se encontra de forma mais tranquila .

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória desta pesquisa do objeto de estudo se fez de grande importância como estudante de Serviço Social, conhecer as legislações pertinentes às crianças e adolescentes, o percurso transcorrido de atendimentos punitivos (correções) à sujeitos de direitos garantidos na carta magna e no Estatuto de Criança e Adolescente.

A proposição deste TCC, foi analisar a efetividade do programa de medida socioeducativa desenvolvido pelo CREAS de Pontal do Paraná, sinalizou que atende parcialmente satisfatório, porque de acordo com o técnico, às vezes os adolescentes cumprem a medida socioeducativa na integralidade, por vários motivos, dentre eles – demanda a implementação de programas de proteção a criança e adolescente, que contribuiria no acesso dos usuários a política social. Por exemplo (SIMASE).

Quanto aos objetivos específicos e geral, ao analisar a participação dos adolescentes e dos órgãos acolhedores, o CREAS atende parcialmente satisfatório, segundo os profissionais que recebem os adolescentes em seus campos de trabalho para o cumprimento da medida socioeducativa, demanda capacitação para os profissionais e usuários.

Subsequentemente também se constatou na observação de campo de trabalho: infraestrutura física do equipamento (CREAS), encontra-se em situação inadequada, está em desacordo com a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida;

“Art. 6º-D. As instalações dos Cras e dos Creas devem ser compatíveis com os serviços neles ofertados, com espaços para trabalhos em grupo e ambientes específicos para recepção e atendimento reservado das famílias e indivíduos, assegurada a acessibilidade às pessoas idosas e com deficiência.”(LEI nº 12.435/2011)

E no que tange a equipe profissional o CREAS de Pontal do Paraná, não está de acordo com o NOB-RH/SUAS, o CREAS, devido aos esforços da equipe multidisciplinar atende dentro de condições disponibilizadas a ele.

Na análise e interpretação dos dados verificou-se o não cumprimento parcial do Estado, na figura do CREAS de Pontal do Paraná, resultando em um atendimento parcialmente satisfatório.

A burguesia não se interessa pelos loucos, mas pelo poder que incide sobre os loucos; a burguesia não se interessa pela sexualidade da criança, mas

pelo sistema de poder que controla a sexualidade da criança. A burguesia não dá a menor importância aos delinquentes, a punição ou a reinserção deles, que não tem economicamente muito interesse. Em compensação, do conjunto dos mecanismos pelos quais o delinquente é controlado, seguido, punido, reformado, resulta, para a burguesia, um interesse que funciona no interior do sistema econômico-político geral (FOULCOT, 1976, p.27)

O tratamento que o Estado dá as diversas vulnerabilidades sociais, não leva em consideração as necessidades humanas em sua magnitude oferecendo respostas, que atendem de forma fragmentada, não cumprindo seu papel, dentro de um contexto de prevenção e ascensão social do sujeito, que passa por momentos de contradições em referência às expectativas da sociedade civil, característica própria de uma sociedade capitalista que valoriza as coisas e não o ser, o Estado como mecanismo regulador, cria instituições disciplinadoras, objetivando a manutenção da ordem e poder, poder este que se coloca numa incógnita, qual a relevância que o Estado dá à vida e à morte, elege-se governantes para proteger a população, dando-lhes poder sobretudo sobre a vida e a morte, quando o mesmo, desenvolve tecnologias para prevenir doenças, como enfatiza Foucault(1975), “o Estado pode fazer viver e como pode fazer morrer, direito de fazer morrer ou de deixar viver”.

Simplesmente por causa do soberano que o súdito tem direito de estar vivo ou tem o direito, eventualmente, de estar morto. Em todo caso, a vida e a morte dos súditos só se tornam direitos pelo efeito da vontade soberana. O direito de fazer viver e de deixar morrer. Essa transformação, é claro, não se deu de repente.. Eles o fazem, por conseguinte, para proteger a vida. E para poder viver que constituem um soberano. E, nesta medida, a vida pode efetivamente entrar nos direitos do soberano? Não é a vida que é fundadora do direito do soberano? E não pode o soberano reclamar efetivamente de seus súditos o direito de exercer sobre eles, esta é uma forma de poder como a biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder, acho que aparece nesse momento. Essa tecnologia de poder, essa biopolítica, vai implantar mecanismos que tem certo número de funções muito diferentes das funções que eram as dos mecanismos disciplinares. Nos mecanismos implantados pela biopolítica, vai se tratar sobretudo, e claro, de previsões, de estimativas estatísticas, de medições globais; vai se tratar, igualmente, não de modificar tal fenômeno em especial, não tanto tal indivíduo, na medida em que é indivíduo, mas, essencialmente, de intervir no nível daquilo que são as determinações desses fenômenos, no que eles têm de global. (FOUCAULT, 1975, p. 285)

O Estado cumpre seu papel estabelecendo mecanismos de reguladores e disciplinadores, entretanto, no que tange a estabelecer um papel de agente facilitador e manutenção dos serviços prestados à população com eficácia, o faz num formato regulamentador, tratando o ser social com um quantitativo, numa percepção de atender minimamente o sujeito social, mediante mecanismos globais, de forma que se obtenha resultados globais, afim de manter o equilíbrio, sem levar em conta a vida, os processos biológicos do homem-especie e de assegurar sobre eles não uma

disciplina, mas uma regulamentação. Cabendo aos profissionais da política pública, não se deixar embrenhar-se em caminhos escuros, procurando fazer valer a soberania da Constituição Federal de 1988, que prima pelos direitos fundamentais e pela reafirmação do Estatuto da Criança e Adolescente que visa a atenção à criança na sua integralidade, atendendo assim os objetivos proclamados e conquistados durante todos os movimentos sociopolíticos que trouxeram novas conquistas legislativas, afim de tornar visível as expressões sociais e utilizar todos os instrumentais como impecilho a todo e qualquer processo de retrocesso à manutenção da vida.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, A. **Serviço Social e Filosofia: das origens à Araxá**. 3ª. ed. (Dissertação de Mestrado em Serviço Social) - Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, Cortez, 1985.
- ARIES, PO. **História Social da Criança e da Família**, 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- BELLINI, M., FALER, C., et al.(Org.)**Intersectorialidade e políticas sociais: interfaces e diálogos**.224 p. ed. EDIPLUCRS, Porto Alegre, 2014.
Disponível em: <http://www.pucrs.br/edipucrs> Acesso em 22 de maio de 2017
- BOSCHI, Caio César. **Os Leigos e o Poder. Irmandades Leigas e Política colonizadora em Minas Gerais**. São Paulo: Ática, 1986.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Política Nacional da Assistência Social 2004**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2004.
- BRASIL. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão. 9. ed. rev. e atual. – Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011
- BEHRING, E., BOSCHETTI, I., **Política Social – Fundamentos e História**. 5ª ed. São Paulo, Cortez, 2008.
- CELESTINO, S. Artigo – **Adolescente e ato infracional**: considerações sobre a atuação do assistente social, 2016.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS, **“Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais e Psicólogos na Política de Assistência Social”**. 2007.
- FOUCAULT, M, **Em Desejo da Sociedade**: Aula de 14 de janeiro de 1976; Aula de 17 de março de 1976, ed. Centro Michel Foucault, Curso no College de France, Martins Fontes – São Paulo – 1975-1976.
- FUNABEM. **A experiência da Funabem na reeducação do menor de conduta anti-social**. Rio de Janeiro, 1974.
- SANTOS, C., BACK, S., GUERRA, Y, **A Dimensão Técnica Operativa no Serviço Social**: desafios contemporâneos, Juiz de Fora: Editora UFJF, 2ed., 2013.
- SILVEIRA, A. **Trabalho de Conclusão de curso**, apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, orientado pela Professora Dra. Patrícia Pinheiro, 2010

MINISTÉRIO DO ESTADO DO PARANÁ, **Estatuto da Criança e Adolescente**, anotado e interpretado – 2013, Autores: Murillo José Digiacomo, IldearaDiacomo

HOFFMANN, C. de F. M.; BOURGUIGNON, J.; TOLEDO, S. e HOFFMANN, T. **Reflexões sobre rede de atendimento à criança e ao adolescente**. Núcleo de Estudos sobre a questão da criança e do adolescente. Ponta Grossa/ Pr: UEPG, 2000

Disponível em :<http://www.uepg.br/nupes/intersector.htm> Acesso em: 30/05/2017

IANNI, O. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

IAMAMOTO, M, CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**; esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 21 ed. São Paulo, Cortez; [Lima, Peru]:CELATS, 2007.

IAMAMOTO, M. **O Serviço Social na Contemporaneidade** – Trabalho e Formação Profissional. 13ª ed, São Paulo, Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social** – Ensaio Crítico. 9ª ed. São Paulo, Cortez Editora, 2007.

____IAMAMOTO, V. **O Serviço Social na Contemporaneidade** – trabalho e formação profissional. 13ª ed. São Paulo, Cortez, 2007

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME, **Lei Orgânica de Assistência Social** – LOAS, Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993, Paulus, 1993.

LEIS E DECRETOS, **Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990**: dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília 1990.

LOPES, A. C. B. **Instrumentos Normativos Nacionais e Internacionais**. Paraná, 2014 (texto publicado pela Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social), sob o título de Proteção Integral de Crianças e Adolescentes.

MARTINELLI, M., **Serviço Social** – Identidade e Alienação, 11 ed. São Paulo, Cortez, 2007.

MANUAL **de normalização de documentos científicos**: de acordo com as normas da ABNT. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1884/45654>>. Acesso em: 02 /05/2017.

PRIORE, M, SOUZA, L. et al. (Org.) **História da Criança no Brasil**. ed. Contexto (Editora Pinsky Ltda.) S. Paulo- SP. 1991.

PERES, J., PASSONE, E., **Políticas Sociais de Atendimento às Crianças e aos Adolescentes no Brasil**. Cadernos de Pesquisa, v.140, p.649-673, maio/ago.2010.

PILOTTI, F. **Crise e perspectivas da assistência à infância na América Latina**. In:

PILOTTI, F; RIZZINI, I; (Org.). **A Arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, 1995.

PASSONE, E. F. **Políticas sociais de atendimento à infância e juventude: o caso da Fundação Abrinq**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

- ORIENTAÇÕES TÉCNICAS: **Centro de Referência Especializado de Assistência Social** – CREAS - Brasília, 2011 -Gráfica e Editora Brasil LTDA
Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_creas.pdf Acesso em: 10 de março de 2017.

TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE **SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS**, Brasília, 2014 – Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf Acesso em: 10 de março de 2017.

SILVERIO, A. **Medida Socioeducativa de internação no Distrito Federal: Onde fica o “Gênero”** 2008.127 f. Trabalho de Conclusão de Curso(diplomação no Curso de Serviço Social) - Universidade de Brasília, 2008.
Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/665/4/2008_AnaCarolinaSilverio.p>. Acesso em: 10 jan. 2017.

Sistema Único da Assistência Social - **Norma Operacional Básica**. 2005.
Disponível em: [http:// www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br). Acesso em: 09/03/2017

Documentos Oficiais

- Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Pontal do Paraná – Decenal (2015 a 2024)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) participante:

Sou estudante do curso de graduação no curso de Serviço Social na Universidade Federal do Paraná setor Litoral. Estou realizando uma pesquisa sob supervisão da professora Dr.^a Silvana Maria Scorssim cujo objetivo é

Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social

Sua participação envolve uma entrevista que será gravada. A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo. Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pela(s) pesquisadoras no fone (41) 99733-7456 ou pela Professora Dr.^a Silvana Maria Scorssim pelo e-mail mariaescorsim@uol.com.br, professora orientadora do trabalho de conclusão de curso.

Atenciosamente

Célia Socorro dos Santos Pietrobelli Lima Pontal do Paraná, ____de maio de 2017__

GLR 20130584

Silvana Maria Scorssim

Matrícula:

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

____ Pontal do Paraná, ____de maio de 2017.

Nome e assinatura do participante

UFPR – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – SETOR LITORAL**Entrevista (s)****Objetivo: Trabalho de Conclusão de Curso**

Tema: O CREAS de Pontal do Paraná e o Programa de Medida Socioeducativa

Parecer dos profissionais do Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

1) As crianças e adolescentes cumprem na integralidade as Medidas Socioeducativas?

() SIM

() NÃO

Porquê _____

3) O programa atinge os objetivos propostos?

() SIM

() NÃO

Porquê _____

UFPR – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – SETOR LITORAL**Entrevista(s)****Objetivo: Trabalho de Conclusão de Curso****Tema: O CREAS de Pontal do Paraná e o Programa de Medida Socioeducativa**

Parecer dos Usuários do Centro de Referência Especializado de Assistência Social

1) As crianças e adolescentes cumprem na integralidade as medidas socioeducativas?

() SIM

() NÃO

Porquê _____

2) O programa atinge os objetivos propostos?

() SIM

() NÃO

Porquê _____

UFPR – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – SETOR LITORAL**Entrevista(s)****Objetivo: Trabalho de Conclusão de Curso****Tema: O CREAS de Pontal do Paraná e o Programa de Medida Socioeducativa**

1). Qual a percepção que os órgãos receptores das crianças e adolescentes em medida socioeducativa tem do programa?

R: _____
